CÉLIO AZEVEDO

A relatora Lúcia Vânia (*E*) aponta discordâncias entre os médicos e os outros profissionais de saúde

## Ato médico: polêmica divide os profissionais de saúde

De um lado, o Conselho Federal de Medicina. Do outro, amplo movimento contra o projeto de lei que regulamenta a profissão de médico e estabelece parâmetros rígidos para o diagnóstico e a prescrição. Debate na CAS mostrou o tamanho do impasse.

PÁGINA 10


# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal — Ano XII — Nº 2.406/87 — Brasília, 3 a 9 de julho de 2006 — EDIÇÃO SEMANAL


Lideranças buscam apressar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de medidas provisórias e da proposta que cria o Fundeb, aumentando os recursos destinados à educação básica

# Senado tenta desobstruir pauta para votar Fundeb

PÁGINA 2

## Parlamento é aposta para afastar crise no Mercosul

Enquanto o bloco enfrenta disputas internas e impasses em negociações com outras economias, integração avança com abertura do Parlamento, prevista para dezembro.

PÁGINAS 4 A 7

RICARDO STUCKERT/PR

Mercosul decidiu no final de 2005 que instituição será instalada em Montevidéu

## cidadania

### Como patentear invenções e registrar marcas

Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba quanto custa e o que se deve fazer para garantir a propriedade sobre invenções, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

PÁGINA 16

## FGTS de domésticos corre risco de ser vetado pelo governo

PÁGINA 3

## CPI vota relatório final que sugere criação de Secretaria do Emigrante

PÁGINA 8

## CPI dos Sanguessugas já investiga 15 parlamentares

Na primeira semana de trabalhos, CPI dos Sanguessugas já definiu a lista de depoimentos, que inclui dono da empresa envolvida na venda de ambulâncias superfaturadas, além de autoridades da Polícia Federal e do Ministério Público envolvidas nas investigações. STF autorizou acesso da CPI a inquéritos sigilosos contra 15 parlamentares suspeitos de incluir recursos orçamentários para a "máfia".

PÁGINA 11

## e mais...


AGENDA — Página 2

PERGUNTE AO SENADOR — Página 13

FRASES — Página 13

VOZ DO LEITOR — Página 13

ACONTECEU NO SENADO — Página 15

gendagendaendagen**agenda**gendagendagendagen

# Líderes definem pauta para antes do recesso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou os líderes partidários para reunião nesta terça-feira, às 11h, quando tentará um acordo sobre o que deverá ser votado pelo Plenário até 17 de julho, último dia antes do recesso. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e os líderes naquela Casa devem participar do encontro.

A pauta está obstruída por cinco medidas provisórias, entre elas a que aumentou o valor do salário mínimo para R$ 350. Também aguardam decisão autorizações de oito empréstimos externos para estados e indicações de mais de 20 autoridades.

GERALDO MAGELA

**Renan diz a Fernando Haddad que Senado deve apressar a votação do Fundeb tão logo a pauta do Plenário seja liberada**

Renan e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, esperam que seja votado esta semana, pelo Congresso Nacional, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007.

## Tramitação da proposta do Fundeb pode ser acelerada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que a proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) poderá ter sua tramitação acelerada tão logo a pauta seja liberada. Haddad ressaltou que o Fundeb destina R$ 4 bilhões por ano para o ensino básico, o que equivale a R$ 20 milhões por dia letivo.

Renan disse não acreditar que o presidente Lula tenha dito que o Senado não vota a proposta (PEC 9/06) porque não quer. Ele foi inquirido sobre a declaração de Lula logo depois de ter conversado com o ministro.

O senador lembrou que o governo demorou a enviar a PEC, cuja tramitação no Senado agora é dificultada pela realização de convenções partidárias e pela proximidade das eleições, além das MPs que trancam a pauta.

## Conselho lança *Os Desafios da Comunicação*

O Conselho de Comunicação Social (CCS) fará nesta terça-feira o lançamento da obra *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil,* no Salão Nobre do Senado. A obra, publicada pelo Conselho Editorial, reúne artigos resultantes das audiências do conselho e é dedicada à memória do jornalista gaúcho Daniel Koslowski Herz, ex-integrante do colegiado.

Presidência

## Cidadão terá acesso, em tempo real, aos textos dos discursos

O senador Renan Calheiros lançou quinta-feira o novo sistema de taquigrafia da Casa, que possibilitará ao cidadão, via portal do Senado na internet, o acesso à íntegra dos discursos proferidos pelos senadores em Plenário, em tempo real. Ele argumentou que a sociedade exige instrumentos como esse, que aumenta a interação com a sociedade.

O serviço, que já está funcionando em caráter experimental, estará disponível a partir desta semana a qualquer pessoa que estiver conectada à internet. O objetivo é dar à sociedade uma maneira ainda mais ágil de acompanhar tudo o que acontece na Casa. Em uma segunda etapa do projeto, além das sessões plenárias, o sistema abrangerá também as reuniões das comissões.

– O novo sistema agilizará a disponibilidade das informações dos trabalhos legislativos, em texto e áudio, promovendo maior transparência na prestação de contas das ações do Congresso Nacional – disse.

O sistema acompanhará o trabalho dos taquígrafos, que passarão a atualizá-lo de dois em dois minutos – que é o tempo convencional de revezamento entre os profissionais. A revisão acontecerá com os textos já disponíveis pela internet. O serviço foi implementado pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen), que desenvolveu adaptações a partir do sistema utilizado pela Câmara.

Estiveram presentes na cerimônia os senadores Paulo Paim (PT-RS), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Marcos Guerra (PSDB-ES) e Mão Santa (PMDB-PI), o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

## Curtas

**DISCRIMINAÇÃO** - Um manifesto assinado por representantes de grupos contrários ao Estatuto da Igualdade Racial foi entregue aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. Eles alegam que tanto o estatuto como as cotas, em vez de combater, promovem a discriminação.

**TORTURA -** Em encontro com o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), Renan Calheiros e Aldo Rebelo prometeram empenho pela ratificação, pelo Congresso, do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura. O tratado prevê um Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura.

## Comissões

**SEGUNDA-FEIRA**

**14h30 – Ciclo de palestras**

**Pesquisas eleitorais –** O doutor em Ciências Políticas Alberto Carlos Almeida apresenta a palestra "Pesquisa de opinião: uma análise quantitativa", dentro de ciclo de conferências promovido pelo Unilegis.

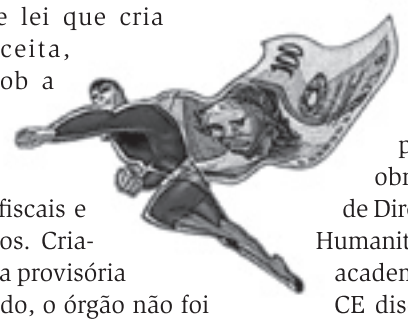
**TERÇA-FEIRA**

**10h – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Crime na TV** – Está marcada apresentação do relatório da conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra sobre projeto que tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudez ou de relações sexuais.

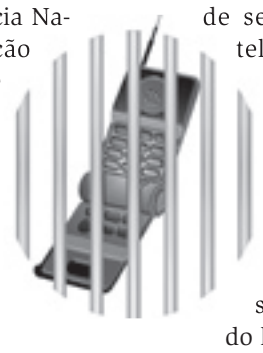
**10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**Super-Receita** – Em votação o projeto de lei que cria a Super-Receita, colocando sob a mesma estrutura administrativa os auditores fiscais e previdenciários. Criado por medida provisória no ano passado, o órgão não foi consolidado pela rejeição da MP pelos parlamentares, que decidiram transformar a proposta em projeto de lei, para ampliar a discussão sobre o assunto.



**10h – INFRA-ESTRUTURA**

**Bloqueio de celular** – Os senadores debatem a obrigação do bloqueio de sinal de celular em penitenciárias e a indicação de Josef Barat para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Francisco de Oliveira Filho para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



**11h – EDUCAÇÃO**

**Educação –** A comissão analisa o projeto de lei que permite o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar estágio remunerado em empresas e universidades. Entre os sete itens em pauta consta ainda o projeto que torna obrigatório o ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares. A CE discute e vota também 15 projetos de decreto legislativo, sobre renovação de concessões de funcionamento de emissoras de rádio e TV.

**11h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**Ampliação de promoções –** Um dos projetos em análise estende a todos os clientes de serviços contínuos (como telefonia) as vantagens de promoções criadas pelas empresas para buscar novas adesões. Também está em pauta projeto que incentiva o consumo moderado da água, mediante campanha de advertência sobre os riscos de escassez do líquido.

**QUARTA-FEIRA**

**9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS**

**Transplantes** – Os senadores podem votar proposta que regulamenta a doação e transplante de órgãos dos portadores de anencefalia. Também está em pauta substitutivo a três projetos de lei que determina a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes.

**10h30 – CPI DOS SANGUESSUGAS**

**Sanguessugas** – Toma depoimentos do empresário Luiz Antonio Vedoin, acusado de participar do esquema de tráfico de influência e pagamentos de propinas a parlamentares para vender ambulâncias superfaturadas às prefeituras.

**QUINTA-FEIRA**

**10h – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO**

**Avaliação de metas –** Está marcada audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira, para avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2006, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Plenário

**SEGUNDA-FEIRA**

**14h - Sessão não-deliberativa**

**TERÇA-FEIRA**

**14h - Sessão deliberativa**

**Crédito extraordinário** - Quatro medidas provisórias que liberam créditos trancam a pauta. São R$ 250,5 milhões para os ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte; R$ 361,5 milhões para o de Transportes; R$ 738 milhões para os de Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e R$ 1,7 bilhão para outros órgãos.

**Reajuste do mínimo** - Também na pauta o projeto de conversão da MP 288/06, que reajustou o salário mínimo para R$ 350. O projeto estendeu o reajuste (16,66%) aos aposentados e pensionistas.

**QUARTA-FEIRA**

**12h - Sessão do Congresso**

**Diretrizes orçamentárias** - Votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2007.

**14h - Sessão deliberativa**

**Pauta indefinida** - A definição da pauta depende do resultado da sessão de terça. Caso a pauta seja liberada, os senadores examinam propostas de emendas constitucionais e de indicações de embaixadores e diretorias de agências.

**QUINTA-FEIRA**

**Agenda em aberto** - Assim como na quarta-feira, a definição da agenda só pode ser feita levando em conta o resultado das sessões anteriores.

**SEXTA-FEIRA**

**9h - Sessão não-deliberativa**

**CONGRESSO** MP já acolhida pelo Congresso pode sofrer vetos presidenciais, por sugestão da área econômica do governo

## Para ONG, inserção no FGTS garante o seguro-desemprego

O pagamento do seguro-desemprego também acabou assegurado como decorrência da inscrição obrigatória no FGTS, no entendimento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), organização não-governamental feminista criada em 1989 e considerada uma das mais atuantes no Congresso. A legislação atual, como explica Natália Mori, assessora do Cfemea, garante o seguro-desemprego apenas ao doméstico inscrito no FGTS, que é opcional.

O Cfemea, que luta pela equiparação dos direitos trabalhistas das domésticas, chegou a propor, segundo Mori, que o desconto no IRPF só fosse concedido a quem inscrevesse o trabalhador no FGTS. A ONG defende a simplificação de procedimentos para facilitar os recolhimentos ao fundo. "O que não pode é esse excesso de burocracia virar desculpa para não se conceder o benefício", diz Mori. O custo para o empregador, em especial o pagamento da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, e os entraves burocráticos estão sendo apontados como as principais dificuldades para viabilizar o FGTS obrigatório para os domésticos.

Das outras emendas do Senado à MP 284, apenas mais duas (totalizando cinco) foram mantidas pelos deputados, mas versam sobre assuntos que nada têm a ver com o emprego doméstico.

ANA VOLPE

Área econômica alega que obrigatoriedade do FGTS anularia estímulo à formalização do empregado

# Lula decide sobre novos direitos de domésticos

Apesar de a votação da medida provisória que incentiva a formalização do trabalho doméstico (MP 284/06) ter sido concluída no Congresso na última quarta-feira, quando os deputados acataram cinco das dez emendas incluídas pelo Senado, ainda são incertos os novos direitos que poderão ser mantidos pelo presidente da República, que dispõe de 15 dias úteis para sancionar a lei depois de receber o texto aprovado pelo Legislativo.

A inclusão obrigatória desses trabalhadores no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o mais polêmico dos novos direitos assegurados no Congresso, deixou o presidente Lula em "saia justa", como reconhecem alguns parlamentares governistas. Em um ano eleitoral, ele enfrentará desgaste político qualquer que seja a sua opção: desagradar ou a classe média ou os empregados domésticos.

Sinais das divergências internas foram detectados nos pronunciamentos dos próprios governistas. Enquanto o líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), garantia em várias entrevistas à imprensa que o presidente não irá vetar esse benefício, a posição do vice-líder do governo, Beto Albuquerque (PSB-RS), que tem mantido reuniões com a área econômica, ia em sentido contrário.

Para Albuquerque, que vocaliza as avaliações técnicas do governo, o FGTS obrigatório (facultativo na legislação atual) anularia o objetivo original da MP 284 de ampliar o número de domésticos com carteira assinada – apenas 25% a 27% são registrados, pelas estatísticas oficiais. Isso porque o FGTS encarece o custo do doméstico para o empregador, que além de recolher 8% sobre o salário mensal passa a ter de pagar a multa de 40% sobre o saldo recolhido ao fundo em caso de demitir o doméstico sem justa causa.

*Apenas cerca de um quarto dos empregados tem carteira assinada*

O objetivo da MP era estimular os empregadores a formalizarem o doméstico. Eles poderão descontar na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) os 12% relativos à contribuição previdenciária patronal, recolhidos desde janeiro deste ano (o texto original previa o início do incentivo em abril).

O benefício está limitado a um salário mínimo e a um empregado doméstico por declaração no modelo completo do IRPF. A Câmara derrubou emenda aprovada no Senado que autorizava o desconto para cada dois empregados por declaração. Mas manteve três modificações feitas no substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA). Duas delas permitem a dedução no IRPF da contribuição previdenciária patronal sobre o 13º salário e o adicional de férias do empregado doméstico.

A terceira mudança feita no Senado explicita que as férias anuais de 30 dias (apesar de interpretações de que esse período já vigora no lugar de 20 dias úteis), com o respectivo adicional de um terço sobre o valor dessa remuneração, serão exigidos só a partir da data de publicação da nova lei.

O texto acolhido assegura outros direitos aos trabalhadores domésticos, como salário-família, estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, pagamento do repouso semanal nos feriados civis e religiosos e proibição de ter descontado do salário custos referentes a alimentação, vestuário, higiene e moradia.

## CDH aprova projeto que assegura horas extras e adicional noturno

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto de lei do senador Aelton Freitas (PL-MG) com base em sugestão da Associação Tangaraense das Empregadas Domésticas, que propõe que essas profissionais tenham os mesmos direitos trabalhistas que o trabalhador comum. Horas extras e adicional noturno são algumas das novidades da proposta.

De acordo com o projeto, o empregado doméstico que for dispensado sem justa causa terá direito ao benefício do seguro-desemprego no valor de um salário mínimo (Lei 7.998/90) por um período máximo de três meses de forma continua ou alternada a partir da data da dispensa sem justa causa. Para receber esse benefício, o empregado deverá ter trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 meses.

Será obrigatória a licença à gestante (mantido o emprego e o salário) de 120 dias, a cargo da Previdência Social, desde que a gravidez tenha sido confirmada durante a vigência do contrato de trabalho. Cria-se também, com o projeto, a licença-paternidade de cinco dias e aviso prévio de, no mínimo, 30 dias.

A jornada de trabalho semanal será de 44 horas. A remuneração das horas de trabalho que excedam esse limite será superior, no mínimo, em 50% à das horas de jornada semanal regular.

Também foi acolhido voto da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), pela aprovação do projeto de lei da Câmara da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, que deverá conter dados estatísticos relativos à situação da mulher no mercado de trabalho e sobre a educação, saúde e outros aspectos da vida das brasileiras.

ROOSEWELT PINHEIRO

Senador Aelton Freitas elaborou projeto por sugestão de associação de domésticas

**SUPER-RECEITA**

## Parecer prevê direitos e garantias do contribuinte perante a Super-Receita

A definição de normas para regular a relação entre o fisco e o contribuinte é a grande novidade do parecer sobre a Super-Receita que o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresenta à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta terça-feira. Tourinho acatou as propostas do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estarão reunidas em um novo capítulo do projeto de lei (PLC 20/06), estabelecendo direitos e garantias do contribuinte.

As medidas atendem principalmente aos pleitos de entidades empresariais. Mas uma delas poderá beneficiar as pessoas físicas que têm imposto de renda a pagar e deixaram prestações em atraso. Atualmente, esses débitos podem ser inscritos diretamente na Dívida Ativa da União sem notificação aos contribuintes. O procedimento é aplicado ainda às empresas que atrasaram impostos e contribuições. Se a mudança for aceita pelo Congresso, os contribuintes serão notificados com antecedência para que tenham condição de se defender.

Há também fixação de prazos, que amenizam as dificuldades no relacionamento das empresas com o fisco. Talvez a que possa suscitar mais polêmica é a que estabelece 180 dias, prorrogáveis para um ano, para que a Super-Receita possa fiscalizar as empresas. Jereissati justifica que o objetivo é evitar casos em que empresas permanecem anos sob fiscalização da Receita.

O parecer de Tourinho mantém a espinha dorsal do projeto aprovado na Câmara. O senador reconhece a importância da Super-Receita, estabelece que o nome indicado para chefiá-la seja sabatinado pelo Senado e firma posição em disputas corporativas que tumultuaram a tramitação da MP 258/05, que sustentou por 120 dias a criação do novo órgão.

Apoiado em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), Tourinho considerou constitucional a unificação dos cargos de auditor fiscal da Receita e da Previdência Social. Outra decisão do relator foi a de lotar no novo órgão servidores que estariam em exercício provisório, como os procuradores federais junto ao INSS e o pessoal de apoio da Secretaria de Receita Previdenciária. Tourinho descartou as emendas que propunham a reabertura do Refis ou um novo parcelamento das dívidas tributárias para as empresas.

**MERCOSUL** Criação do Parlamento continental, em dezembro, pode dar fôlego novo ao combalido bloco econômico

# Uma segunda chance para o Mercosul

A criação do Parlamento do Mercosul, marcada para dezembro deste ano, ocorre em um dos momentos de maior crise do bloco econômico desde a assinatura do Tratado de Assunção, marco inicial da integração econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, há 15 anos. Coincidência ou não, o fato é que o fortalecimento das instituições do Mercosul é visto como uma das saídas para o impasse – que chega a colocar o futuro do acordo em dúvida – e, conseqüentemente, para que os laços entre os vizinhos continuem se estreitando.

Até 1998, o Mercosul viveu sua "lua-de-mel". Brasil e Argentina haviam conseguido domar a inflação e eram governados por presidentes eleitos democraticamente que passaram longo período no poder. As moedas locais estavam sobrevalorizadas e as trocas comerciais ampliavam-se a cada ano, fazendo com que os parceiros do Mercosul ocupassem papel de protagonistas.

Porém, as crises cambiais no Brasil, em janeiro de 1999, e na Argentina, em dezembro de 2000, transformaram o cenário. Enquanto os argentinos foram empurrados para a moratória, o Brasil seguiu fechando acordos com o Fundo Monetário Internacional. A indústria argentina, combalida após a crise, também reclamou da mudança do perfil do comércio entre os sócios do Mercosul, pedindo – e obtendo – salvaguardas.

Por fim, a emergência da polêmica figura do presidente venezuelano Hugo Chávez no continente; a crise energética, evidenciada principalmente após a nacionalização das reservas de gás bolivianas; e a disputa entre Uruguai e Argentina sobre a instalação de indústrias de celulose mais uma vez apontaram a existência de muitas arestas – que sobrepõem interesses locais aos regionais – difíceis de serem aparadas com a estrutura atual do bloco econômico.

Como resultado, as negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) estagnaram-se e os Estados Unidos mudaram de estratégia, em busca de acordos bilaterais com os países da região. Da mesma forma, o grande acordo entre o Mercosul e a União Européia foi adiado sucessivamente (*veja na página ao lado um resumo das crises*).

Uma das principais críticas ao Mercosul foi ter priorizado a parte comercial e deixado a consolidação de suas instituições multilaterais em segundo plano. Ou seja, órgãos políticos que levem em conta os acordos fechados já deveriam existir para a solução de conflitos.

Essa necessidade levou à instalação do Tribunal Permanente de Arbitragem, em 2004, em Assunção. Incipiente, ainda não foi acionado para resolver conflitos e ignorado na crise das *papeleras* entre Argentina e Uruguai (*veja página ao lado*). Afinal, as instituições precisam ser testadas para ganharem o que só o tempo garante: credibilidade.

Outra aposta para que o bloco supere as dificuldades é a criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), ainda não implementado (*veja abaixo*).

MARCELLO CASAL JR./ABr

**Chefes de Estado *(com o presidente Lula no centro, atrás)* participam de cúpula do continente: esforço para reatar laços e dirimir diferenças**

## Fundo pode reduzir antagonismos e diferenças

Assim como acontece com os fundos regionais da União Européia, o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem) será constituído por contribuições dos países-membros do Mercosul, em parcelas semestrais, proporcionais ao tamanho do produto interno bruto (PIB) dos integrantes do bloco. Ficou acertado que o fundo terá validade de dez anos, com aportes anuais de US$ 100 milhões. O Brasil deverá arcar com cerca de 70% do valor, a Argentina com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%.

> ***Com validade de dez anos, Focem terá aportes anuais de US$ 100 mi***

A criação do fundo, como na Europa, visa amenizar as profundas disparidades econômicas e sociais entre os sócios do bloco, que, como os números acima demonstram, possuem economias de tamanhos muito diferentes.

– Na Europa, melhor exemplo de integração, institucionalizaram formas de subsídio, de transferência de renda dos países mais ricos para os mais pobres, por meio de investimentos públicos em infra-estrutura, para aproximar a competitividade das economias das nações do bloco, evitando o domínio exagerado de uma sobre as outras – explica o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Enquanto não existir maior homogeneidade, haverá a possibilidade de se repetir o que aconteceu recentemente com a Argentina, que obteve mecanismos de adaptação competitiva (MACs), criando limitações para exportações brasileiras de bens industrializados para aquele país. Afinal, com exceção do Brasil, nos demais países do bloco a participação da indústria no PIB diminuiu sensivelmente na última década.

– A Argentina era um país que tinha uma indústria importante, mas a brasileira, mais produtiva, começou a prejudicar a indústria argentina, e foi necessário fazer concessões. É preciso considerar isso e fazer como os países ricos europeus fizeram, tentando remediar ou reduzir as desvantagens das economias menos produtivas – defende Saturnino.

O Focem é uma resposta institucional às críticas aos MACs, acusados de serem exceção artificial dentro da união aduaneira, existente desde a adoção da tarifa externa comum (TEC) em 1995. Sobre essa fase do Mercosul, especialistas em integração regional alertam: a união aduaneira é uma das fases mais instáveis de um processo de integração, podendo se constituir em passo decisivo para a consolidação do bloco ou na razão de seu fracasso.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul já aprovou parecer favorável ao Focem. Agora, a matéria tem que ser votada nas comissões, no Plenário da Câmara e do Senado e depois sancionada. O mesmo deve ocorrer nos demais países, mas, até agora, só o Paraguai deu início ao processo.

## Parlamento vai ser ouvido para assinatura de acordos

A aposta do Mercosul é que a criação do Parlamento transforme a maneira como acordos e tratados são discutidos. Até agora, as decisões e acordos do bloco foram negociados com preponderância dos Executivos nacionais. Pela nova sistemática, busca-se uma melhor fórmula de "internalizar" as normas aprovadas pelo Conselho do Mercosul, ou seja, fazer com que as regras valham em cada país e sejam notadas no dia-a-dia dos cidadãos.

A partir de 2007, depois de negociados, os acordos terão que passar pelo Parlamento do Mercosul, que dará sua opinião sobre a matéria. Somente então os chefes de Estado firmarão os textos.

**Sérgio Zambiasi**

– O Parlamento é fundamental como fórum para anteciparse e resolver conflitos – disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM).

Para ele, se o Parlamento regional já existisse, uma solução para o conflito das *papeleras* poderia ter sido encontrada no âmbito do Mercosul. A partir da reunião de Cúpula do Mercosul que se realiza de 19 a 21 de julho, em Córdoba (Argentina), quando o Brasil assume a presidência do bloco, Zambiasi passará à presidência do grupo parlamentar.

A CPCM e a CRE da Câmara já aprovaram o protocolo de criação do Parlamento, a ser submetido ao Senado. O Paraguai acolheu o protocolo, mas a tramitação no Uruguai e na Argentina é mais lenta.

## Implantação do órgão será feita em duas etapas até 2014

A criação do Parlamento, aprovada em dezembro de 2005, prevê a instalação do órgão até o fim deste ano, em substituição à CPCM, como órgão integrante da estrutura institucional do Mercosul. Terá competência para formular propostas para o bloco e enviá-las para os parlamentos nacionais e tentar harmonizar as legislações dos países do bloco.

A implantação será feita em duas etapas: a primeira, de transição, vai de 2007 a 2010; e a segunda, de 2011 a 2014.

Na primeira, o Parlamento será integrado por 18 parlamentares de cada país, indicados autonomamente pelos congressos. Até 2010, os países-membros devem promover eleições diretas para a escolha dos parlamentares do Mercosul, com base na agenda eleitoral de cada país. Deve-se ainda buscar adequada representação por gênero, etnia e região da nação.

Antes do final de 2012, o Parlamento deve escolher o Dia do Mercosul Cidadão, em que as eleições dos parlamentares serão feitas, simultaneamente, em todos os países do bloco.

Segundo o secretário da CPCM, Antônio Costa Filho, técnicos dos quatro países já elaboram proposta de regimento interno. Orçamento, quadro funcional e prerrogativas parlamentares estão em discussão.

**MERCOSUL** Recentes conflitos entre países do continente mostram que há mais diferenças que pontos em comum

# As difíceis relações entre vizinhos

Vizinhos, sim. Parceiros, nem sempre. As sucessivas crises vividas no contexto do Mercosul e a ação dos Estados Unidos, que têm negociado acordos comerciais individualmente com os países das Américas, mostram que a sonhada união do continente e a eliminação das barreiras alfandegárias estão ainda distantes. Da recente e explosiva crise do gás boliviano às centenárias disputas entre venezuelanos, colombianos e peruanos, passando pelo contencioso entre Brasil e Argentina, os vizinhos sul-americanos exibem hoje mais diferenças de opinião do que pontos de vista comuns. Com isso, a meta de fortalecer a economia continental em face da economia globalizada segue em compasso de espera.

### Venezuela x Colômbia

É um dos conflitos mais latentes do continente. O presidente colombiano, Álvaro Uribe, recentemente reeleito com expressiva votação, recebe apoio aberto dos Estados Unidos, inclusive militar, enquanto Chávez assume discurso antiamericano e compra armas. Colômbia e Venezuela têm conflitos também nas fronteiras. Os governos são alvo freqüente de acusações de sabotagem mútua. Como acontece com o Peru, a Colômbia é acusada pela Venezuela de contrariar o Pacto Andino, ao estabelecer negociações comerciais bilaterais com os EUA. Enquanto isso, a entrada da Venezuela no Mercosul, que prevê a adoção da tarifa externa comum do bloco, também pode afastá-la de seus vizinhos andinos.

### Mercosul x União Européia

O acordo entre os dois blocos, outrora visto como prioritário, não foi concluído até o prazo definido, outubro de 2004. A reunião de cúpula entre os países do Mercosul e da União Européia, em Viena (Áustria), em maio, foi desmarcada. Enquanto isso, o Brasil, junto com outros 18 países, no chamado G-20, busca negociar no âmbito da OMC a liberalização do comércio agrícola na Europa.

### Mercosul x Estados Unidos

Tanto Argentina quanto Venezuela adotaram um forte discurso contrário à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), como ficou demonstrado no encontro de cúpula realizado em Mar del Plata (Argentina). A proposta dos EUA para o continente, formulada há 13 anos, está em compasso de espera, enquanto o país costura acordos bilaterais com 29 países das Américas, em condições mais favoráveis que os oferecidos ao Mercosul. A ação americana tem, segundo os críticos da Alca, a intenção de isolar a Venezuela e enfraquecer o Mercosul. As tensões aumentaram com a entrada da Venezuela no bloco.

Hugo Chávez
Venezuela

Álvaro Uribe
Colômbia

### Venezuela x Brasil e Argentina

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é acusado de estar por trás da nacionalização do gás boliviano. O fato deflagrou uma possível crise energética em que o Norte do continente, rico em energia, impõe restrições ao fornecimento de combustíveis fósseis para países do Sul, carentes de energia. Juntamente com a entrada da Venezuela no Mercosul, foi anunciada a intenção de construir um gasoduto a partir da Venezuela até a Argentina.

### Venezuela x Peru

Hugo Chávez reclamou que o parceiro do Pacto Andino estaria negociando um acordo bilateral com os Estados Unidos e ameaçou deixar o bloco. Mais tarde, o Peru retirou o seu embaixador em Caracas, em represália às críticas do presidente Chávez ao candidato à eleição presidencial peruana Alan García, que se tornou o presidente eleito.

Alan Garcia
Peru

Luiz Inácio Lula da Silva
Brasil

Evo Morales
Bolívia

### Argentina x Brasil

As origens das dificuldades estão na campanha brasileira por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, sem consultar previamente o parceiro regional. Mais tarde, o novo equilíbrio nas trocas comerciais entre os países, fruto das crises cambiais e do baixo crescimento na região, levou a Argentina a exigir salvaguardas, obtendo a adoção dos mecanismos de adaptação competitiva (MACs), que criaram limitações para exportações brasileiras de bens industrializados. Contrárias à filosofia de uma união aduaneira como o Mercosul, os MACs são apontados por seus críticos como um sinal de retrocesso no bloco.

Nicanor Duarte
Paraguai

### Bolívia x Brasil e Argentina

A nacionalização das reservas bolivianas de gás afetou diretamente os dois vizinhos, carentes de fontes de energia. A ameaça de desapropriação dos bens da Repsol (empresa espanhola com participação argentina) e da Petrobras, sem indenização, levou à revisão de contratos, que ainda está em negociação.

Tabaré Vasquez
Uruguai

Néstor Kirchner
Argentina

### Uruguai x Argentina

A instalação de duas indústrias de celulose, as *papeleras*, no lado uruguaio da fronteira com a Argentina, levou a protestos de grupos ambientalistas argentinos, que bloquearam pontes entre os dois países, causando prejuízo à indústria de turismo uruguaia. O investimento das duas fábricas, de US$ 1,8 bilhão, é o maior que o Uruguai já recebeu e representa 13% do PIB do país. Sem acordo, o caso extrapolou as fronteiras do Mercosul e foi parar no Tribunal Internacional de Haia. O Uruguai reclamou maior presença do Brasil para intermediar o conflito. O vice-presidente do Uruguai, Hugo Batalla, afirmou que falta "vocação para tomar decisões comuns, o que faz com que o bloco regional não funcione".

### Uruguai e Paraguai x Brasil e Argentina

Os parceiros menores reclamam que Brasil e Argentina tomam decisões sem consultá-los e se sentem desprestigiados. Assim, anunciam a intenção de negociar acordos com os Estados Unidos que seriam incompatíveis com a participação no Mercosul. A candidatura do Uruguai à Organização Mundial do Comércio (OMC) não teve o apoio do Brasil.

**MERCOSUL** Crises entre países vizinhos e dificuldades em acordos comerciais colocam ação do governo em questão

# Política externa está no rumo certo?

Governo e oposição divergem radicalmente em matéria de relações exteriores. Na atual gestão, o Itamaraty dá ênfase à integração continental, com liderança compartilhada. Nesse sentido, vê com bons olhos a entrada da Venezuela como membro permanente do Mercosul. Já a oposição considera que o presidente Lula faz concessões em excesso aos vizinhos e alerta para a influência do presidente venezuelano Hugo Chávez na região.

## SIM

CÉLIO AZEVEDO

**Presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ) acusa detratores da política externa do governo de colaborar com intenção de outros países que querem enfraquecer o Mercosul**

## Destinos do Brasil estão ligados aos da América do Sul

É lamentável que críticos da política externa do governo, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, numa atitude menor, demonstrem ressentimentos com o destaque internacional que o Brasil obtém durante o atual governo.

Esses críticos, conscientemente ou não, colaboram com o propósito de outros países de obstruir ou destruir o Mercosul, com argumentos de que países do bloco estão negociando acordos de livre comércio com países ricos, ao mesmo tempo em que o Brasil perde a liderança na região.

Isso não é verdade. Pelo contrário, o Mercosul se reforçou com o ingresso da Venezuela, país rico em energia, de economia importante, cujo comércio com o Brasil cresceu 300% nos últimos três anos, com um superávit de US$ 2 bilhões em nosso favor. É um país que tem muito a oferecer ao Mercosul, especialmente para os sócios de economia mais modesta, como Uruguai e Paraguai.

O fato de o Uruguai ameaçar fazer um acordo de livre comércio com os Estados Unidos – que não se concretizou – tampouco afeta o Mercosul. Da mesma maneira, Peru e Equador ensaiaram acordos com os Estados Unidos, mas tampouco fecharam a negociação. Há um descontentamento, sim, do Uruguai que é preciso considerar, mas que não constitui ameaça maior ao Mercosul.

O governo também é criticado por não intervir no conflito entre Argentina e Uruguai a respeito da crise das *papeleras*. No episódio da nacionalização das reservas de gás da Bolívia, o Itamaraty não caminhou para a hostilidade, como a oposição queria, e buscou a negociação, que está trazendo frutos. Agora, crescem evidências de que a estratégia de cautela, de compreensão e de abertura ao diálogo estava certa. No caso das *papeleras*, não há razão para interveniência brasileira. A questão é eminentemente bilateral entre Argentina e Uruguai.

Outro ponto a comentar é que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, virou pretexto para críticas aos projetos brasileiros e sul-americanos de integração. Há, sim, interesses colocados de forma subterrânea pela mídia, que se empenham em destruir o Mercosul e jogar o Brasil nos braços da tradicional hegemonia norte-americana, agora incomodados com o ingresso da Venezuela no bloco.

Nessa linha, o projeto do gasoduto da Venezuela ao Cone Sul precisa ser tratado com mais seriedade. É claro que, para ser iniciado, o investimento requer um estudo aprofundado. Mas trata-se de um investimento de grande importância para toda a América do Sul.

Importante ressaltar que tampouco há descuido da diplomacia brasileira com respeito às tradicionais relações com Estados Unidos ou União Européia, que não se deterioraram. O comércio com esses parceiros tem crescido, só que, para novos mercados, o crescimento foi mais substancial, por conta do interesse de diversificar nossas linhas de comércio, de forma a tornar o Brasil imune a crises que venham das economias mais ricas. Atualmente, o Brasil exporta para a América Latina mais do que exporta para os Estados Unidos ou para a Comunidade Européia. Isso parecia inatingível há três anos.

> *"Hugo Chávez virou pretexto para críticas aos projetos de integração"*

Com outros países da região, como a Colômbia, o comércio bilateral cresceu mais de 200% com bons entendimentos políticos. O Equador, que recentemente revogou o contrato de uma petrolífera americana, também demonstra proximidade maior com o projeto de integração sul-americana, que prossegue apesar dos percalços a serem superados.

Não estamos subestimando as dificuldades. Elas são grandes por se tratar de países de economia historicamente dependente, de cultura e estabilidade política em consolidação. Ainda assim, é preciso acreditar que esses países podem se integrar de uma forma que propicie a todos oportunidades de desenvolvimento maiores do que cada um por si. É nessa linha que se desenvolve, com seriedade, a política do governo Lula.

## NÃO

CÉLIO AZEVEDO

**Para o líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), estratégia de integração está errada ao apostar nas estruturas do Mercosul e do Pacto Andino, que estariam enfraquecidas**

## Culpa do retrocesso no Mercosul é do governo Lula

A política externa do presidente Lula é responsável pelo retrocesso do Mercosul. Sua opção geopolítica passou a privilegiar a construção de uma comunidade sul-americana de nações, concebida a partir das estruturas do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações. Ambas, porém, estão mais combalidas que nunca.

O Mercosul, neste governo do PT, perdeu vitalidade em meio a querelas sobre tarifas alfandegárias e protecionismos. Sua sobrevivência está por um fio, dependendo de como se resolva a "crise das *papeleras*" entre Argentina e Uruguai, que levou ao cancelamento das comemorações pelos 15 anos do Mercosul.

Mais que isso, o cancelamento do encontro de líderes do Mercosul e da União Européia é emblemático da mais grave e séria crise enfrentada pelo bloco desde a sua criação. O episódio expôs mais que nunca o ceticismo dos europeus de que o Mercosul não terá condições de retomar unidade política que viabilize um acordo comercial entre os blocos.

Enquanto isso, o Pacto Andino, menos dinâmico que o congênere do sul, está ameaçado de dissolução pelos sucessivos desentendimentos entre Venezuela e Colômbia e, mais recentemente, o Peru.

> *"Europeus estão céticos quanto à retomada da unidade política do Mercosul"*

Se o Mercosul se arrasta e se o Pacto Andino está nos estertores, como poderia surgir uma comunidade sul-americana para fazer frente política e comercialmente aos Estados Unidos, "a potência a hostilizar"? Definitivamente, as parcerias do presidente Lula estão equivocadas e podem conduzir o Brasil a uma posição de confronto desnecessário com os EUA.

Diante da iminência do fracasso do ponto fulcral da diplomacia petista, para tentar evitar que os conflitos entre os países da região se tornem um obstáculo intransponível, o Planalto adotou a tática da conciliação a qualquer custo, adotando argumentos para justificar o populismo neoperonista de Néstor Kirchner, o nacional-populismo do coronel Hugo Chávez e o populismo indigenista de Evo Morales, que assumem posições claramente contrárias aos interesses brasileiros.

Sem ter quem contrarie suas iniciativas com firmeza e serenidade, Chávez vai ampliando sua influência na região com os dólares do petróleo e ajuda a criar um ambiente de instabilidade que afeta o relacionamento harmonioso que vinha marcando o cenário sul-americano.

Na sua pesporrência, Chávez deu um ultimato aos presidentes do Peru e da Colômbia para reconsiderarem acordos de livre comércio assinados com os EUA. Tampouco demonstrou preocupação com a integridade do bloco andino quando pediu ao Mercosul que o aceitasse como sócio pleno. Como observou o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, Chávez vende petróleo aos EUA, mas não quer que os vizinhos tenham o mesmo mercado para produtos agrícolas e manufaturados.

Numa demonstração de que segue o *script* feito por Chávez, Lula deu seu aval à continuidade dos estudos de viabilidade do megalômano gasoduto Venezuela-Mercosul, associando o Brasil a um empreendimento no qual Chávez será o sócio leonino, a um custo equivalente a uma Hidrelétrica de Itaipu e meia, sem informações sobre as reservas à disposição. O fato é grave, tendo em vista que o governo do PT vai permitindo que a Petrobras seja espoliada na Bolívia.

Em artigo recente, o embaixador aposentado Rubens Barbosa, que serviu junto ao Mercosul, à Inglaterra e aos EUA, destacou que "a ideologização das decisões e a politização das negociações comerciais são algumas das características que moldam as prioridades da política externa definidas pela atual administração do Itamaraty". O Itamaraty sempre foi conduzido a partir de uma perspectiva de Estado, tradição rompida neste governo.

A despeito do cenário desolador, gostaria de reafirmar minha crença no que diz o Tratado de Assunção: o objetivo da integração é o estabelecimento de um mercado comum, com livre circulação de pessoas, bens e serviços.

**MERCOSUL** Países europeus permitem a livre circulação de trabalhadores e têm uma moeda comum, o euro, desde 2002

DIVULGAÇÃO MINISTÉRIO FRANCÊS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Parlamento europeu: se a integração continuar como prevê a Constituição do bloco, ele ganhará poderes e o continente poderá ter uma política externa unificada**

# Parlamento europeu tem quase 50 anos

Quando se fala em integração regional, a primeira experiência que vem à mente é a da União Européia. Afinal, até hoje nenhuma outra área do planeta chegou ao patamar de cooperação atingido pelos países da Europa, que permitem a livre circulação de trabalhadores e têm uma moeda própria, o euro, desde 2002. Mas hoje poucos se lembram das dificuldades e dos longos processos de negociação que tomaram mais de cinco décadas.

É o parâmetro do que é possível para outros blocos, inclusive o Mercosul. Afinal, um processo de integração tem de superar desafios e assimetrias econômicas, políticas e culturais. Um momento histórico oportuno é outro fator que pode ser decisivo.

Às vésperas de o Mercosul instalar seu parlamento, o **Jornal do Senado** oferece uma comparação com o que a Europa fez desde a 2ª Guerra Mundial, que, paradoxalmente, foi o marco da aproximação.

O Parlamento Europeu, criado há quase 50 anos, ainda divide poderes com a Comissão Européia e o Conselho Europeu. Mas, se a integração continuar como prevê a Constituição européia – ainda não ratificada –, o Parlamento pode ganhar poderes e o continente assegurar uma política externa unificada.

## Sistema político ainda está em transição

O Parlamento europeu foi constituído em 1957, quando surgiu como órgão apenas consultivo, a exemplo do que vai acontecer com o Parlamento do Mercosul em dezembro deste ano. Apenas em 1987 a instituição européia teve seus poderes aumentados e, finalmente, em 1992, consolidados.

Atualmente, o Parlamento da Europa funciona como qualquer outro poder legislativo nacional, com eleições e sessões legislativas definidas. Porém, seus poderes ainda não são tão amplos como pretendia a Constituição européia, cuja ratificação pelos países-membros da União até hoje não aconteceu por conta da rejeição do texto em referendos na França e na Holanda, no ano passado.

Dessa forma, as determinações do Tratado de Maastricht, de 1992, continuam em vigor no que diz respeito aos poderes do Parlamento, que faz parte do sistema de governo juntamente com a Comissão Européia (espécie de gabinete que encaminha as propostas para discussão e as executa) e com o Conselho Europeu, que continua sendo a principal instância de decisão do bloco.

O tratado determina que o Parlamento e o Conselho Europeu são responsáveis em conjunto por decisões sobre temas específicos como livre circulação de trabalhadores, mercado interno, educação, pesquisa, meio ambiente, saúde, cultura e defesa do consumidor. O Parlamento é responsável ainda pela apresentação de pareceres sobre acordos internacionais relativos a associação e cooperação.

> *Constituição continental, que ampliaria os poderes, ainda não foi ratificada*

Também, em conjunto com o Conselho Europeu, é o Parlamento que analisa a proposta orçamentária apresentada pela comissão, podendo aprová-la ou não. Posteriormente, supervisiona a execução do orçamento, levando em conta, inclusive, relatórios do Tribunal de Contas europeu.

O Parlamento faz ainda o controle da gestão das políticas da União Européia e do programa da Comissão Européia. Tem ainda o poder de propor a demissão da comissão, por meio do voto de dois terços de seus membros. Todas essas atividades são exercidas na sessão legislativa que se inicia na segunda terça-feira de março e fica aberta até o fim do ano.

## Eleições dos deputados ocorrem desde 1979

Com mandato de cinco anos, os 732 deputados do Parlamento europeu são eleitos diretamente desde 1979. O fato mais peculiar é que os deputados não são agrupados por país, mas por afinidade política, existindo na Casa dez segmentos políticos diferentes, representando grupos da esquerda à direita que geralmente têm relação com partidos nacionais. Os dois maiores são os democratas cristãos e os socialistas.

As vagas no Parlamento da Europa são divididas proporcionalmente de acordo com a população de cada um dos 25 países-membros. A Alemanha tem a maior bancada (99), seguida por França, Itália e Reino Unido (78). As menores são de Luxemburgo (6) e Malta (5).

A participação da população na votação varia bastante de país para país. De acordo com dados da eleição de 1998, 91,4% dos eleitores compareceram às urnas na Bélgica e 85% em Luxemburgo, onde o voto é obrigatório. A participação cai bastante nos países em que o voto é facultativo, como Alemanha (65,9%), França (61,3%) e Reino Unido (32,6%).

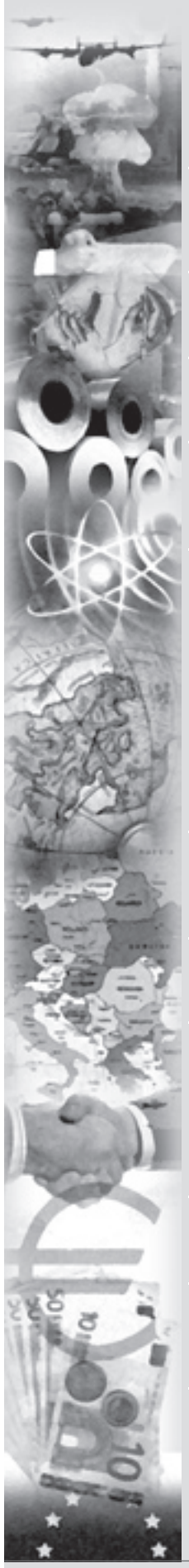
– Nesse grupo, o percentual espelha bem o grau de comprometimento de cada país com a construção européia – afirma o consultor legislativo da Câmara Lúcio Reiner.

A forma como a escolha é feita tampouco é fixa. Há votação em listas ou em candidatos, proporcional ou mista, conforme a legislação de cada país. Essas diferenças demonstram como não há homogeneidade no Parlamento.

Curiosamente, o Parlamento tem três sedes: realiza suas sessões ordinárias em Estrasburgo, na França, enquanto as 18 comissões permanentes se reúnem em Bruxelas, na Bélgica. Já a Secretaria Geral fica em Luxemburgo.

## União Européia surgiu dos escombros da 2ª Guerra

A união dos países europeus começou, ainda que timidamente, pouco após o término da Segunda Guerra Mundial, que envolveu quase todo o continente. O Congresso de Haia, em 1947, deu início às discussões sobre a integração. Veja como o bloco nasceu e se desenvolveu.



**1947** – Depois da 2ª Guerra Mundial, França e Reino Unido assinaram o Tratado de Dunquerque, que, além de acordos militares, previa a cooperação pelo desenvolvimento econômico dos países. No mesmo ano, aconteceu o Congresso de Haia, que discutiu a unidade européia.

**1948** – É assinada a Convenção sobre Cooperação Econômica Européia. Tem início o Plano Marshall, de reconstrução do continente.

**1949** – Assinatura do estatuto do Conselho da Europa, prevendo uma assembléia consultiva.

**1950** – Criação da União Européia de Pagamentos para facilitar o comércio e transações comerciais multilaterais.

**1951** – Instituição da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca) entre Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda.

**1957** – O sucesso da Ceca levou à assinatura do Tratado de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia (CEE), que previa um mercado único com trânsito livre para mercadorias e pessoas. Progressivamente, outros países aderiram à CEE: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, em 1973; Grécia, em 1981; Portugal e Espanha, em 1986; e Áustria, Finlândia e Suécia, em 1995. Nesse ano também foi assinado o acordo que criou a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom).

**1965** – É assinado o Tratado de Fusão, instituindo uma comissão e um conselho únicos para as três comunidades européias existentes: Ceca, CEE e Euratom.

**1987** – O Ato Único Europeu prevê as ações necessárias para a constituição de um mercado único.

**1992** – Pelo Tratado de Maastricht, assinado por 12 países, o grupo passou a ser chamado de Comunidade Européia, com novas formas de cooperação entre os países em áreas como defesa e justiça, criando uma nova estrutura, tanto política como econômica, para a futura União Européia.

**1997** – O Tratado de Amsterdã aprofundou e atualizou as determinações do Tratado de Maastricht.

**2002** – Entra em circulação a moeda única, o euro (€), em 11 países que assinaram o Tratado de Maastricht (com exceção do Reino Unido) e mais a Finlândia.

**2004** – Outros dez países são admitidos na União Européia: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca. Outros cinco países são candidatos a fazer parte do bloco: Bulgária, Croácia, Macedônia, Romênia e Turquia.

**Fontes:** Nota técnica do consultor legislativo da Câmara Lúcio Reiner e *site www.europa.eu*

COMISSÕES

# CPI sugere a criação de secretaria do emigrante

A CPI Mista da Emigração Ilegal defende a criação de uma Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante, que funcionaria no âmbito da Presidência da República. A sugestão faz parte do relatório final da comissão, apresentado quarta-feira pelo relator, deputado João Magno (PT-MG).

Magno informou que o relatório, que deverá ser votado pela comissão nesta semana, também propõe a elaboração de projetos de lei para regularizar a contribuição previdenciária e o registro de emigrantes nascidos no exterior. O relator sugere ainda a representação partidária das comunidades brasileiras em outros países e a ampliação da representação consular do Brasil em outras nações.

Na avaliação do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), presidente da CPI, o trabalho realizado pela comissão expôs à opinião pública a realidade dos brasileiros que vivem ilegalmente no exterior.

– O relatório contempla todos os aspectos desse processo. A dívida que os brasileiros contraíram com aliciadores para sua ida ao exterior é uma dívida injusta e não deve ser paga. Em 2005, mais de 30 mil brasileiros foram presos e humilhantemente deportados dos Estados Unidos. Esse número hoje é de menos mil pessoas, se contarmos a partir de novembro do ano passado. A CPI conseguiu reduzir o número de brasileiros que viviam ilegalmente no exterior – explicou o senador.

Crivella sugeriu que o Itamaraty deveria ingressar com representação na Comissão Internacional de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), para que o governo norte-americano reconheça as humilhações impostas aos brasileiros que viviam ilegalmente naquele país e que foram encaminhados de volta ao Brasil.

– Cada brasileiro deveria receber um pedido formal de desculpas do governo americano, com o pagamento de alguma quantia que seja representativa dos maus-tratos que sofreu – defendeu o senador.

O relatório final da CPI da Emigração também retrata a realidade de brasileiros que vivem ilegalmente no Japão e no Paraguai (os chamados "brasiguaios").

JOSÉ CRUZ

**Crivella, presidente, e deputado João Magno, relator: comissão ajudou a reduzir número de brasileiros ilegais no exterior**

# Empréstimo em folha é estendido aos mais pobres

Os titulares do benefício de prestação continuada também poderão fazer empréstimos consignados em folha de pagamento, de acordo com projeto de lei (PLS 27/06) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria ainda depende de exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e do Plenário.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), explica que a proposta busca assegurar aos titulares do benefício – idosos com mais de 65 anos e deficientes sem capacidade para o trabalho, ambos com renda mensal familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo – o acesso às operações de crédito a taxas de juros mais baixas, como já ocorre hoje com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme determina a Lei 10.820/03.

Na justificação do projeto, o autor, senador Paulo Paim (PT-RS), argumenta que os titulares do benefício de prestação continuada, que recebem um salário mínimo, não podem ser excluídos das vantagens dos empréstimos com desconto em folha e alijados ainda mais do mercado de consumo.

Mesmo reconhecendo que o valor do benefício é baixo, Paim aponta que ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social.

A CAE também decidiu, em concordância com parecer elaborado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), arquivar aviso do Ministério da Fazenda em que a União era autorizada a executar programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

CÉLIO AZEVEDO

**Luiz Otávio preside reunião da CAE: empréstimos externos aprovados agora tramitam em regime de urgência no Plenário**

# Guilbaud aprovado para a Guiné

Três anos depois de ser anistiado e de retornar aos quadros do Ministério das Relações Exteriores, Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud deverá se tornar o primeiro embaixador residente brasileiro na Guiné. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer favorável à sua indicação, que ainda será examinada pelo Plenário.

A votação da mensagem presidencial de indicação de Guilbaud, inicialmente prevista para a semana retrasada, foi adiada para que os integrantes da comissão analisassem denúncias feitas contra ele de colaboração com os serviços de informação do regime militar.

Em sua defesa, o embaixador disse ter sido afastado do Itamaraty em retaliação por denúncia que fez em 1979 sobre supostas irregularidades na compra de imóvel destinado a sediar a embaixada brasileira em Lisboa.

O relator da mensagem, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), observou que o embaixador indicado tem demonstrado grande disposição em colaborar com o país.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ter adotado uma postura de cautela, até obter maiores informações a respeito da história de Guilbaud. Após conversar com o embaixador, Virgílio defendeu a aprovação de sua indicação. Contribuíram ainda para a sua decisão, segundo relatou, declarações favoráveis ao embaixador feitas pelo professor francês Alain Touraine e a boa relação de Guilbaud com dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

*Suplicy e Virgílio defenderam a indicação do embaixador*

**Representantes na Austrália e no Togo**

Também recebeu parecer favorável da comissão a indicação do embaixador Fernando Paulo de Mello Barreto Filho para assumir a embaixada brasileira na Austrália. O cargo deverá ser exercido cumulativamente com a representação em Papua Nova Guiné e Vanuatu, ambos países da Oceania.

Barreto Filho incluiu entre as suas prioridades à frente da embaixada o estabelecimento de linhas de transporte diretas e regulares entre os dois países. Atualmente, o transporte marítimo é feito por Cingapura, e o aéreo por meio de empresas do Chile e da Argentina. O indicado defendeu ainda o aumento do comércio e dos investimentos entre Brasil e Austrália.

Arnaldo Caiche D'Oliveira, indicado pelo presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil no Togo, também teve seu nome aprovado pela comissão.

Caiche D'Oliveira deverá reabrir a embaixada brasileira em Lomé, fechada em 1997 por razões orçamentárias.

# Bahia é autorizada a fazer empréstimos externos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou a Bahia a contratar dois empréstimos externos, decisão que ainda precisa ser reiterada pelo Plenário (onde os projetos vão tramitar em regime de urgência). O primeiro empréstimo, de até US$ 30 milhões, financiará parcialmente o Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (Prodecar) nas áreas mais carentes do estado; o segundo, de US$ 10 milhões, será destinado ao Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial.

A primeira operação de crédito foi realizada entre o governo da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). Segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa é de US$ 60 milhões. O financiamento parcial do Fida levará seis anos, com a contrapartida de recursos do estado (US$ 30 milhões) e aval do governo federal.

A segunda operação é com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Bahia participa com US$ 6,6 milhões. O dinheiro será repassado ao longo de três anos e só começará a ser pago 48 meses após o recebimento da última parcela.

# Política externa será tema de reunião

Os atuais rumos da política externa brasileira deverão ser tema de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em data a ser marcada. A iniciativa partiu do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que demonstrou preocupação com recentes iniciativas políticas de líderes de países sul-americanos, como a Venezuela.

– Precisamos discutir se o Brasil está sabendo exercer a liderança na América do Sul. Vamos debater a política externa, para ver o que somos atualmente e o que podemos propor – afirmou Virgílio, que teve sua sugestão prontamente aceita pelo presidente do colegiado, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Virgílio disse estar acompanhando com atenção o que chamou de "corrida armamentista" na Venezuela. Ele ressaltou a sua preocupação com notícias de que o governo do Paraguai estaria analisando a possibilidade de nacionalizar a Hidrelétrica de Itaipu.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou a sugestão de Arthur Virgílio e enfatizou que a hidrelétrica é estratégica para o Brasil.

# Ministro vai falar sobre a recuperação de Alcântara

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, deverá comparecer à CAE, em data a ser anunciada, para relatar aos senadores o trabalho do governo para reconstruir o Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, após o acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003. A audiência pública com o ministro foi solicitada pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), e aprovada pela comissão.

O acidente que causou a morte de mais de 21 técnicos civis e engenheiros ocorreu durante a operação de lançamento de um satélite meteorológico. A explosão, que consumiu as cerca de 40 toneladas de combustível sólido do foguete, foi causada pela ignição prematura de um dos motores.

Outro requerimento aprovado, da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), solicita informações ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre o total de renúncia fiscal de ICMS em cada estado da Federação, em decorrência das leis de incentivos aprovadas nos últimos anos.

COMISSÕES

# Incentivo ao ensino profissionalizante

A proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante (Fundep), formado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Orçamento da União, foi aprovada pela Comissão de Educação (CE). Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto (PLS 274/06) foi acolhido com emenda do relator, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), pela qual a criação do fundo deve ter caráter autorizativo, cabendo ao Executivo decidir sobre a reserva de recursos para financiar o ensino profissionalizante.

A emenda teve por objetivo adaptar a matéria – que ainda será submetida a decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – à exigência constitucional que impede a alteração da repartição tributária por meio de lei ordinária. No seu parecer, Juvêncio observa que, por se tratar de "vício insanável", esse problema poderia comprometer toda a proposta.

Paim considerou que, mesmo sob forma autorizativa, o projeto fortalece os esforços atuais do Executivo para valorizar o ensino profissionalizante.

– Paim revela que é homem de conciliação, que sabe recuar na hora certa quando seus companheiros apresentam uma solução diferente das que defende – observou Juvêncio.

Paulo Paim tem dedicado sucessivos pronunciamentos em Plenário à defesa da proposta. Para ele, o fundo representa um instrumento efetivo para a geração de emprego e renda e para o combate à pobreza e às desigualdades sociais, além de promover aumento da produtividade e da competitividade do setor produtivo.

Entre as emendas acolhidas, todas apresentadas pelo relator, uma assegura que o aporte anual de recursos ao fundo não seja inferior aos gastos – apurados no exercício anterior – de entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical.

Foi retirada do texto a previsão de que os trabalhadores fossem representados apenas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Emenda determina que o conselho deliberativo do fundo, a cargo do Executivo, tenha representação de cada central sindical, do empresariado e do governo federal.

CÉLIO AZEVEDO

**Projeto de Paim *(na foto, com a senadora Iris de Araújo)* cria fundo para ensino profissionalizante**

Pelo texto aprovado na CE, os recursos do Fundep devem ser utilizados prioritariamente na construção, ampliação e reforma de edifícios e instalações para centros de educação profissional. Também podem ser investidos na compra de equipamentos técnico-pedagógicos e de materiais didáticos, na capacitação de docentes e na prestação de serviços de consultoria referentes a estudos técnico-pedagógicos e de gestão

## Escolas ganham acesso ao Simples

A opção de aderir ao Simples (Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) pode ser estendida às escolas de ensino fundamental e médio, agências de publicidade, escritórios de serviços contábeis, corretoras de seguro e representantes comerciais, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Educação (CE) na forma de substitutivo do senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Como relator, ele acolheu o projeto (PLS 129/03) de Almeida Lima (PMDB-SE), com incorporação parcial do PLS 183/03, assinado por Leonel Pavan (PSDB-SC), e do PLS 291/05, de Ney Suassuna (PMDB-PB). A matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Wellington Salgado defende a ampliação do acesso ao Simples, a despeito – como admite – da previsível redução de arrecadação que a iniciativa pode acarretar. Em seu relatório, ele afirma que a proposição, no mínimo, "imprime eqüidade no tratamento fiscal dispensado ao conjunto dos agentes econômicos que preenchem os requisitos para acesso aos benefícios do Simples". Nas condições atuais, é admitida a inclusão de microempresas com faturamento anual de até R$ 240 mil, com limite de R$ 2,4 milhões para as de pequeno porte.

A CE aprovou ainda três projetos oriundos da Câmara: o PLC 132/05, que regulamenta a profissão de supervisor educacional; o PLC 57/06, que fixa 1º de setembro como Dia do Profissional de Educação Física; e o PLC 43/06, que fixa 26 de outubro como Dia dos Trabalhadores Metroviários.

Também foi aprovado projeto de resolução (PRS 31/06) para assegurar a qualquer instituição não-governamental ou governamental a iniciativa de propor indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

## Agentes poderão portar armas fora dos presídios

Agentes penitenciários e guardas prisionais poderão portar armas de fogo fora do serviço, a título de proteção pessoal. A medida está prevista em substitutivo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a projeto que possibilita que as empresas de segurança privada e transporte de valores paguem apenas até 20% do valor das taxas pela prestação de serviços relativos ao registro e expedição de armas de fogo.

O PLS 64/06, do senador José Jorge (PFL-PE), incluía as empresas entre os beneficiários da isenção do pagamento daquelas taxas, mas Mercadante considerou que a dispensa total seria excessiva, tendo em vista que essas empresas têm finalidade comercial, embora prestem um serviço considerado de relevante interesse público.

A matéria, que promove alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), ainda será votada em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na mesma reunião, o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concedeu a Mercadante vista da proposta de emenda à Constituição (PEC 59/05) que permite a aplicação direta dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) pelos estados e municípios. Entre as atribuições do Pasep estão as de integrar o empregado no desenvolvimento das empresas, estimular a poupança e corrigir distorções na distribuição de renda.

## Decisão sobre saneamento é adiada

A falta de acordo entre os membros da Comissão Mista Especial de Saneamento adiou para esta semana a votação do substitutivo do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) aos projetos de lei do Senado e do Executivo que tratam das diretrizes nacionais para o setor.

Como o prazo de funcionamento da comissão expirou na última sexta-feira, seu presidente, senador César Borges (PFL-BA), decidiu propor a prorrogação dos trabalhos ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Antes da leitura do substitutivo, o relator Júlio Lopes disse considerar seu texto um grande avanço rumo ao consenso. Conforme ressaltou, sua proposta incorporou igualmente contribuições do projeto de lei do Senado (PLS 155/05) – que reúne os interesses das companhias estaduais – e do projeto de lei do Executivo (PL 5.296/05), que integra as demandas dos municípios.

– Fizemos um grande avanço neste relatório. Ele não é mais nem o PLS 155/05 e nem o PL 5.296/05. É uma proposta de consenso entre o Senado e a Câmara dos Deputados – disse Júlio Lopes.

O secretário nacional de Saneamento Ambiental, Abelardo de Oliveira Filho, presente à reunião, por outro lado, criticou o substitutivo de Júlio Lopes. Em sua opinião, o texto do relator transfere a titularidade dos serviços de saneamento básico dos municípios para os estados, medida que, segundo ele, já estaria sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF).

JANE ARAÚJO

**Demostenes Torres e César Borges, presidente da comissão, e o deputado Júlio Lopes, relator**

## Frente parlamentar continua trabalho sobre emigração

A Frente Parlamentar Cidadania sem Fronteiras, lançada na quarta-feira, pretende dar continuidade às atividades da CPI Mista da Emigração Ilegal, presidida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e que apresentou seu relatório final na semana passada (*veja a página 8*). Pelo menos 3 milhões de brasileiros vivem fora do país.

O deputado federal João Magno (PT-MG), relator da CPI, destacou que a frente deverá apoiar algumas das iniciativas da comissão, como os quatro projetos de lei apresentados ao Congresso.

Um deles tipifica o crime de tráfico de seres humanos, quando se tratar de emigração; os outros buscam garantir aos emigrantes brasileiros a possibilidade de registro civil e de regularização da situação perante a Previdência Social. A CPI propôs ainda a criação da Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante, que funcionaria no âmbito da Presidência da República.

– O país precisa ter uma visão concreta da realidade da comunidade brasileira que vive no exterior – declarou o deputado federal André Costa (PDT-RJ), ressaltando que há 20 anos o Brasil deixou de ser um país de imigrantes para se tornar um país de emigrantes.

COMISSÕES

CÉLIO AZEVEDO

CÉLIO AZEVEDO

**Convidados da audiência pública dividem a mesa com o presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares. Na sala, mais de 200 profissionais de saúde acompanham debates**

# Prossegue impasse sobre ato médico

O embate sobre a exclusividade no ato de diagnosticar doenças e estabelecer as respectivas prescrições terapêuticas domina o impasse criado entre médicos e profissionais de outras 14 áreas da saúde, que não entram em acordo em relação ao projeto de lei (PLS 25/02) do ex-senador e médico Geraldo Althoff (PFL-SC) que regulamenta o ato médico.

De um lado, o Conselho Federal de Medicina (CFM) – que representa 300 mil médicos até então regidos pelo Decreto 20.931/32 – defende a isonomia dos profissionais e a exclusiva atuação em determinadas atividades, como no diagnóstico e na prescrição.

De outro, um movimento nacional contra o projeto de lei – "Não ao Ato Médico" –, que fala em nome de 5 milhões de profissionais de enfermagem, nutrição, psicologia, farmácia, odontologia e fisioterapia, entre outras áreas, alega tentativa de reserva de mercado pela medicina.

Depois de quase 30 reuniões lideradas pela relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ainda são muitas as discordâncias, expostas na audiência pública realizada semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que foi acompanhada por mais de 200 profissionais.

– Estamos colocando no papel o que já acontece na prática, mas uma profissão esbarra na outra, e o que vai dirimir essa questão é a compreensão e o bom senso – afirmou a senadora.

### Demais profissionais alegam cerceamento

O que parece não ter mais volta é a decisão de que é preciso regulamentar a profissão dos médicos. Para parte dos senadores e convidados, há uma contradição no fato de uma das profissões mais antigas – a de médico – ainda não dispor de normas específicas para a sua atuação.

O Ministério da Saúde tem interesse em que o impasse seja superado o quanto antes, segundo a diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e da Regulação na Saúde, Maria Helena Machado, para quem o decreto de 1932 está "totalmente defasado".

Para que a profissão médica seja regulamentada é preciso haver a definição do que seja o ato médico, mas é justamente nesse ponto que surgem as dissidências. Os demais profissionais de saúde alegam estar sendo cerceados pelo projeto.

– Não somos contra a regulamentação, mas contra esse projeto, que rompe com a interdisciplinaridade fundamental à consolidação dos serviços de saúde – defendeu a coordenadora nacional do movimento "Não ao Ato Médico", Rosane Nascimento da Silva.

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson Andrade, argumentou que a classe médica não quer retirar dos demais profissionais o que lhes é privativo.

– Queremos apenas isonomia, tratamento igualitário, sem vantagens, e qualidade na assistência à população – afirmou Andrade.

O assunto ainda será tratado em uma segunda audiência pública a ser realizada em agosto e em um seminário em parceria com o Ministério da Saúde, no segundo semestre.

## Opositores ao projeto vêem "monopólio" dos médicos

ANA VOLPE

**Pacientes em fisioterapia: pomo de discórdia do projeto passa pelo conceito de nosologia**

O movimento "Não ao Ato Médico" aponta três principais pontos de discordância no projeto: diagnóstico, prescrição e chefia. Os médicos querem que o projeto especifique, entre suas atividades privativas, a formulação do diagnóstico nosológico – de todas as enfermidades – e sua respectiva prescrição terapêutica. Isso simplesmente aniquilaria muitas profissões, de acordo com o movimento.

– As propostas dos médicos partem do pressuposto de que eles poderão fazer tudo ao se formarem. Assim as outras categorias só poderiam realizar o que já existisse em suas leis ou por concessão dos médicos. É o monopólio total da classe médica – argumenta a nutricionista Rosane Nascimento da Silva, coordenadora nacional do movimento.

Outro problema, segundo Rosane Silva, é que qualquer procedimento novo – a ser futuramente criado – só poderia ser exercido se a classe médica permitisse.

Por isso, o movimento sugere que a lei inclua entre as atividades privativas a formulação do diagnóstico médico, exclusivamente, já que o conceito de nosologia é muito abrangente. O mesmo é defendido quanto à prescrição terapêutica.

Outro ponto de forte discordância é o estabelecimento de cargos de chefias apenas para médicos, porque criaria uma hierarquização profissional técnica e administrativa na área da saúde, "ferindo o livre exercício das várias categorias".

## CFM defende ação conjunta para cura dos doentes

GUILHERME FILHO/SECOM-MT

**Para o conselho, diagnosticar doenças e prescrever tratamentos são atos privativos dos médicos**

Acusado de tentar instituir uma reserva de mercado, o Conselho Federal de Medicina (CFM) levanta a bandeira de que a regulamentação da profissão não é uma questão corporativa.

Para a classe médica, não há dúvida: a promoção da saúde, a prevenção da doença, a recuperação e a reabilitação de enfermos são atos compartilhados com outros profissionais, mas o diagnóstico de enfermidades e a sua prescrição terapêutica, não.

– Não existe saúde se não dissermos para os cidadãos o que cabe a cada profissional atender. Diagnosticar e prescrever são atividades privativas dos médicos – defendeu o presidente do CFM, Edson Andrade.

A equipe multiprofissional é essencial na atenção à saúde, segundo Andrade, mas para ele não há qualidade sem o médico na equipe.

Ele argumenta que a proposta é que todos os profissionais de saúde trabalhem juntos, sem que haja sobreposição de uma categoria em relação a outra, e rebateu as afirmativas de que os médicos querem estabelecer uma hierarquia em todos os postos de atendimento.

Para a relatora na CAS, Lúcia Vânia, esse ponto não será mais problema.

– Os médicos terão a direção e chefia exclusiva somente dos serviços médicos, como numa UTI, por exemplo. Os demais poderão ser ocupados por qualquer profissional – explicou a senadora.

## Alguns dos pontos ainda em discussão sobre as atividades privativas do médico

*Fonte: Consultoria Legislativa do Senado.*

| Proposta da Coordenação Nacional em Defesa do Ato | Coordenação Nacional Contra o PLS 25/02 | Situação (em 23/3/06) |
|---|---|---|
| Formulação do diagnóstico nosológico (relativo às doenças) e sua respectiva prescrição terapêutica. | Formulação do diagnóstico médico é atividade privativa do profissional médico | O Movimento em Defesa do Ato Médico não aceita a redação que substitui diagnóstico nosológico por diagnóstico médico. Também não aceita retirar a prescrição terapêutica do rol de atividades privativas do médico. O Movim ento Contra o PLS 25 defende que o conceito de nosologia é por demais abrangente. Prefere a expressão diagnóstico médico, que permite "a identidade da medicina, sem prejuízo da interdisciplinaridade das profissões de saúde e retrocesso da ciência". A Coordenação Contra o PLS 25 é contrária à definição da prescrição terapêutica como ato privativo de médico porque isso "tolhe a autonomia e a liberdade do exercício profissional, contrariando o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal". |
| Indicação e execução de procedimentos invasivos, sejam eles diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias. | Retirar inciso. | A Coordenação em Defesa do Ato Médico não concorda com a exclusão do dispositivo. O Movimento Contra o PLS 25 mantém sua posição, antevendo que a redação impedirá a prática da acupuntura por outros profissionais que não os médicos. |
| Indicação de órteses e próteses. | Retirar inciso. | O Movimento em Defesa do Ato Médico não concorda com a retirada do dispositivo, conforme propõe a Coordenação do Movimento Contra o PLS 25. |
| Indicação de internação e alta médica de pacientes nos serviços de atenção à saúde. | Indicação de internação nos serviços de atenção à saúde e alta de pacientes, da assistência prestada única e exclusivamente pelo profissional médico. | A opinião da Coordenação em Defesa do Ato Médico é de que a redação proposta pelo Movimento Contra o PLS 25 cria o complicador de diluir a competência/responsabilidade pela alta do paciente, visto que, nos serviços em que há internação, o atendimento é quase sempre multidisciplinar. Os médicos sugerem adjetivar a alta como médica para solucionar o impasse. O Movimento Contra o PLS 25 alega que o paciente é objeto de sucessivas altas e que a redação confunde alta médica com alta hospitalar, impedindo que as várias categorias de profissionais envolvidas na atenção hospitalar tenham seus papéis assegurados. Também não concordam com que a indicação de internação seja privativa de médico, devendo ser permitida a outros profissionais de saúde. |

SANGUESSUGAS

ANTONIO CRUZ/ABr

Raul Jungmann *(E)* recebe cumprimentos do relator Amir Lando *(D)*, após ser eleito vice-presidente da CPI comandada por Biscaia

# CPI ouve procurador, delegado e empresário

A CPI dos Sanguessugas, criada para investigar o uso de dinheiro da União, por meio de emendas parlamentares, na compra de ambulâncias a preços superfaturados, tem três depoimentos confirmados para esta semana. Na terça-feira, deverão ser ouvidos, como convidados, o procurador da República em Mato Grosso Mário Lúcio Avelar e o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura, que iniciaram as investigações sobre o esquema de corrupção.

O depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Santa Maria Comércio e Representações, está previsto para a manhã desta quarta-feira. Acusado de participar do esquema de fraude, ele é filho de José Darci Vedoin, dono da empresa Planam, apontado como chefe da quadrilha que vendia as ambulâncias superfaturadas por meio de um prévio acerto com prefeitos. José Darci também teve sua convocação aprovada pela CPI, mas o depoimento ainda não foi marcado.

Além desses, será ouvido, na condição de convidado, o deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), relator de uma comissão criada pela Corregedoria da Câmara dos Deputados para investigar a fraude na compra de ambulâncias. Para facilitar esse depoimento, a CPI aprovou também um requerimento visando à transferência dos dados sigilosos da Corregedoria da Câmara.

Previa-se ainda a convocação, para depor na quarta-feira, de Maria da Penha Lino, acusada de intermediar o esquema no Ministério da Saúde, onde trabalhou como assessora especial. Mas os membros da CPI preferiram adiar o depoimento para poderem fazer uma análise mais profunda das informações que serão repassadas pelo procurador Avelar e pelo delegado Boaventura, na terça-feira. Em um primeiro depoimento à Polícia Federal, ela identificou 81 parlamentares que teriam participado da fraude, além do próprio José Darci.

*Funcionária que intermediou o esquema no governo também vai depor*

A comissão de inquérito também aprovou requerimentos para a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Maria da Penha, de José Darci e de parentes dele que estariam envolvidos no esquema: a mulher Cléia Maria Trevisan Vedoin, a filha Alessandra Trevisan Vedoin e a nora Helen Paula Duarte Cirineu Trevisan, casada com seu filho Luiz Antônio.

A CPI deixou fora da lista de convocados os 27 assessores e ex-assessores de parlamentares denunciados pelo Ministério Público Federal como integrantes do esquema de corrupção. O presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), também informou que a comissão não deverá ouvir os deputados envolvidos. Sob a justificativa de que são muitos os citados, a proposta é que eles encaminhem por escrito suas explicações.

## STF libera inquéritos contra os 15 parlamentares investigados pela comissão

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes autorizou o encaminhamento dos inquéritos contra 15 parlamentares – que estão sendo investigados por suposta participação na máfia das ambulâncias – à CPI dos Sanguessugas.

O pedido foi feito pelo presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e pelo relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Mendes exigiu, no entanto, que as informações sejam mantidas em sigilo pelos membros da comissão. Ao deferir o pedido, o ministro afirmou que, apesar de reconhecer o caráter sigiloso dos documentos, entende que eles são necessários para conferir efetividade à função institucional atribuída às comissões parlamentares de inquérito.

Segundo o deputado Biscaia, "é impossível manter o sigilo".

– Se o material vier para cá, não tem como segurar. Todos os deputados poderão ter acesso – ressaltou o deputado.

Os inquéritos trazem transcrições de conversas telefônicas que revelam a participação de pelo menos 15 parlamentares no esquema. A Polícia Federal já teria ouvido seis deles. "Até agora eu não sei quem são esses parlamentares", disse Biscaia.

A Controladoria Geral da União (CGU), por sua vez, prometeu enviar à CPI documentos relacionados com as investigações de fraude na venda de ambulâncias.

– A palavra é cooperação, participação e auxílio – informou o relator, senador Amir Lando, revelando que a comissão receberá auxílio de técnicos da CGU, num esquema de parceria entre as instituições.

PLENÁRIO

## Malta cobra esforço para proibição dos bingos

O senador Magno Malta (PL-ES) manifestou sua posição contrária à legalização dos bingos no Brasil e adiantou que poderá "brecar" o relatório da CPI dos Bingos caso o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), não cumpra acordo feito durante a votação final do documento. O acordo negociado com Garibaldi Alves, explicou, envolve a apresentação de um projeto de lei sobre a matéria, que seria apensado aos demais que já tramitam no Senado.

Magno Malta informou que o projeto mais antigo sobre o tema em tramitação na Casa é de sua autoria. Pela proposta, o jogo de azar seria proibido no país. O senador apelou ao Ministério Público para que incite a Justiça a cassar todas as liminares que atualmente amparam o funcionamento de bingos em alguns estados brasileiros.

– Essas liminares estão permitindo o funcionamento de casas de jogo e a lavagem de dinheiro, empobrecendo os mais pobres, atraídos pela jogatina na ilusão de que poderão levar fortuna para casa – comparou Malta.

ROOSEWELT PINHEIRO

Malta disse que acordo para aprovação do relatório da CPI previu prioridade ao seu projeto, que é o mais antigo em tramitação

## Virgílio acusa Bastos de perseguir oposição

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a cobrar em Plenário explicações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a autenticidade ou não da "lista de Furnas", relação de políticos aliados do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso acusados de terem recebido verbas públicas para financiar suas campanhas eleitorais em 2002. O líder do PSDB no Senado também quer esclarecimentos sobre a suposta movimentação de R$ 4 milhões por Thomaz Bastos em contas bancárias no exterior.

– O que fica evidente é que o ministro está perdendo condições de o ser – afirmou.

O comentário de Arthur Virgílio se baseou na suspeita de que o ministro da Justiça estaria usando a Polícia Federal, no caso da "lista de Furnas", para perseguir adversários políticos. Embora o atual governo ainda não tenha se posicionado sobre a procedência da relação, ela não passa, para o senador tucano, de "uma balela e uma falsificação grosseira".

*Para senador, Receita Federal deve apurar denúncia contra o ministro*

Quanto à movimentação bancária de Thomaz Bastos no exterior, Arthur Virgílio informou que o seu partido já pediu à Receita Federal que investigue a denúncia. O líder tucano também destacou, em seu discurso, uma lista em circulação na internet sobre "as 15 mais óbvias mentiras pregadas pelo presidente Lula ao país", citando a criação de 10 milhões de empregos e o assentamento de 500 mil famílias sem terra.

## Tebet pede voto em homens e mulheres de bem

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pregou a necessidade de os eleitores rejeitarem pelo voto os candidatos que sabidamente estejam envolvidos em corrupção e outros atos lesivos aos recursos públicos. O parlamentar disse acreditar que com o Congresso renovado por "homens e mulheres de bem", a reforma política possa ser finalmente aprovada.

Tebet lamentou que a sociedade esteja "anestesiada" diante dos escândalos que têm marcado a política brasileira, mas espera que o pleito de outubro, quando já deverá ter passado o clima de euforia da Copa do Mundo, seja a oportunidade para que os brasileiros imprimam um sentido cívico ao voto.

– É preciso eleger cidadãos honrados, que não recorram à ilusão e que se esforcem para cumprir suas promessas – defendeu o senador.

Tebet afirmou que os partidos estão enfraquecidos e que a cláusula de barreira não é suficiente para dar legitimidade às agremiações. E exemplificou chamando a atenção para a falta de vibração que tem sido típica das mais recentes convenções partidárias.

PLENÁRIO

# Reajuste é ato de justiça, afirma Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou na última sexta-feira que o reajuste salarial concedido aos funcionários públicos federais é um ato de justiça. A medida, disse Jucá, recupera o poder de compra da categoria e contribui para a melhoria dos serviços públicos prestados ao cidadão brasileiro.

O senador, que é relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, informou que os recursos financeiros para os aumentos já estão previstos no Orçamento deste ano e na proposta da LDO. Segundo Jucá, o valor da folha de pagamento deste ano será de R$ 106 bilhões com a alteração salarial e o impacto da medida no Orçamento atual será de R$ 5,5 bilhões.

O líder do governo informou que os novos salários passam a valer a partir de julho. De acordo com Jucá, os policiais militares e os bombeiros de Roraima, por exemplo, terão um reajuste de 29,17%. Nesse estado, a Polícia Civil terá a remuneração equiparada à da Polícia Federal.

– Roraima virou rota do narcotráfico e precisa de policiais bem remunerados – declarou.

CÉLIO AZEVEDO

Jucá: aumento recupera o poder de compra dos servidores públicos

### Acordo técnico para aperfeiçoar serviços

Jucá comentou a adoção do padrão japonês para o sistema brasileiro de TV digital, frisando que o acordo técnico entre o Japão e o Brasil permite o desenvolvimento de tecnologia nacional para aperfeiçoar os serviços.

## Paim defende benefício para carteiros

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo em Plenário, na última sexta-feira, para que os senadores não recorram da decisão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou por unanimidade projeto de lei que concede adicional de periculosidade aos carteiros.

Paim explicou que, se não houver recurso, a proposta (PLS 82/03), de sua autoria, pode seguir diretamente para a Câmara. Ele também pediu aos carteiros que se mobilizem para conquistar suas reivindicações.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que, em alguns casos, os carteiros devem também receber adicional de insalubridade devido ao fato de que muitos deles enfrentam regiões com incidência de malária ou estão sujeitos a picadas de cobra. Paim concordou com Heráclito e ressaltou que a categoria também está propensa a doenças ortopédicas e de pele.

O senador gaúcho ainda apresentou requerimento de voto de louvor ao jornal *O Sul*, do grupo Rede Pampa de Comunicação, que completou, no último domingo, cinco anos de fundação. Segundo Paim, nesse período, o jornal acompanhou com isenção a vida política e econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil.

## Para Heráclito, PT não está preparado para deixar o poder

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez uma análise do comportamento do governo a três meses das eleições e afirmou que o PT não está preparado para deixar o poder, assim como não esteve para assumi-lo. Em sua opinião, a substituição do ministro Roberto Rodrigues é apenas um episódio que reflete o uso da máquina do Ministério da Agricultura para fins eleitorais.

– O governo está desesperado. O Brasil que está sendo vendido pela imagem da propaganda é um Brasil que não é entregue e jamais será entregue aos brasileiros, porque é um Brasil virtual – afirmou.

Heráclito ainda pediu mais respeito do presidente da República pelos que estão doentes nos leitos dos hospitais. Ele referia-se à visita que Lula fez à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, quando comentou que, mesmo morrendo, um paciente se sente feliz por estar nas mãos do cardiologista Adib Jatene.

– E os moribundos de Alagoas e do Piauí? E os do norte do Brasil, que enfrentam filas? E os que padecem horas a fio esperando um remédio que não existe? Será que vão morrer sorrindo? – criticou.

## Líder vê "uso oportunista" da máquina pública

A líder do PSOL, Heloísa Helena (AL), condenou o governo por ações que, segundo ela, têm "comportamento oportunista, demagógico e fisiológico" de uso eleitoral da máquina pública para favorecer a reeleição do presidente Lula.

Heloísa citou a presença do presidente em inaugurações e também iniciativas "justas", caso dos reajustes salariais para os servidores autorizados na última sexta-feira, por medida provisória. Heloísa condenou o enquadramento dessas ações de forma conveniente no "calendário eleitoral", para render ganhos à candidatura do presidente.

A senadora relembrou sua experiência de líder petista no Senado, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, para dizer que tais condutas em ano eleitoral eram condenadas de forma "implacável" pelo partido ao qual estava então filiada.

– Eram os mesmos procedimentos: três anos de arrocho fiscal e um de libertinagem financeira, eleitoreira e fiscalista. Observar no governo Lula a mesma metodologia cínica me dá indignação e tristeza.

TV DIGITAL

# TV brasileira terá imagem e som melhores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, assinou na quinta-feira, no Palácio do Planalto, decreto que coloca o Brasil na era da TV digital. O decreto fixa diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema digital na radiação de sons e imagens.

Isso significa que, em até sete anos, a população brasileira terá uma televisão com melhor qualidade de imagem e som, além de recursos como programas de educação a distância e acesso a dados da Previdência Social.

Com 15 artigos, o decreto determina que, a partir de julho de 2013, o Ministério das Comunicações somente outorgará a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens para a transmissão em tecnologia digital.

Em discurso na solenidade, Lula agradeceu às universidades brasileiras, dizendo que elas só precisam de oportunidades.

– Quero cumprimentar também os empresários da radiodifusão no Brasil, porque não foram poucas as reuniões. Vocês viram que o [ministro das Comunicações] Hélio Costa terminou dizendo que nós marcamos um gol. Vocês estão lembrados que faz quatro meses que ele colocou a bola na marca do pênalti, e nós demoramos para bater o pênalti porque era preciso construir mais fortemente essa relação democrática com a sociedade brasileira, para concluir esse projeto que estamos concluindo agora – disse o presidente.

RICARDO STUCKERT/PR

Renan Calheiros e Aldo Rebelo, ao lado de Lula, em solenidade de assinatura do decreto que iniciou a era da TV digital

Lula também celebrou o acordo com o Japão para a importação da tecnologia digital, selando as relações entre os dois países. E mais uma vez brincou referindo-se ao futebol.

– Quem sabe, já com a TV digital instalada na casa de todo mundo, nós vamos assistir um dia o Japão ser campeão do mundo ou disputar uma final com o Brasil numa Copa do Mundo.

Para o presidente, o resultado da iniciativa brasileira foi extraordinário e, nos próximos dez anos, a TV digital vai revolucionar não apenas a TV brasileira, mas a relação da sociedade com a informação no sentido mais amplo.

De acordo com Lula, a TV digital não é apenas um sistema que melhora a transmissão e a captação do sinal de TV. "Ela é, ao mesmo tempo, uma fabulosa síntese tecnológica, um poderoso fenômeno econômico e um forte avanço democrático."

Lula também disse que a TV digital fará com que o televisor deixe de ser um mero receptor de programas para se transformar em uma fonte de acesso a um mundo cheio de possibilidades.

– Não está longe o dia em que as famílias poderão marcar uma consulta médica pelo SUS usando a TV; não está tão longe o dia em que também poderão ter acesso às suas contas de Previdência pela internet; não está longe o dia em que a sala de aula poderá ter uma extensão dentro da sala de visita de todos os lares brasileiros.

## Heloísa Helena: governo comete erro histórico

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o governo pelo decreto que oficializou a escolha do padrão de tecnologia japonês para a TV digital no Brasil. Heloísa disse não admitir que se tenha apresentado essa decisão como se ela fosse o único caminho possível, impedindo que grupos como a Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital manifestassem opinião.

– Optar pelo padrão de tecnologia estrangeira é cometer um erro histórico. Faz falta a pluralidade num debate de algo tão importante.

## Projeto de Flávio Arns visa disciplinar uso de freqüências

No dia em que o presidente Lula assinou o decreto sobre a TV digital no Brasil, o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que é fundamental criar regras claras para bem aproveitar esse suporte de transmissão.

O senador apresentou projeto de lei (PLS 189/06) que visa disciplinar o uso do espectro de radiofreqüências destinado aos serviços de televisão (faixas VHF e UHF). Seu projeto determina, por exemplo, que cada localidade reserve pelo menos 40% das faixas destinadas aos serviços de televisão para os sistemas público e estatal.

## Voz do Leitor

**ANATEL**

"Solicito aos senadores atenção para as atividades da Anatel, pois as decisões de reajuste de tarifa telefônica interferem na economia, prejudicando a estabilidade. O presidente da Anatel está subordinando a Presidência da República, portanto, deve satisfações. Peço que essa instituição, autarquia federal, seja extinta."
***Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)***

**AMBULÂNCIAS**

"Parabenizo o senador Ney Suassuna por ter negado, em legítima defesa, o envolvimento no desvio de recursos destinados à compra de ambulâncias. Nós, paraibanos, o apoiamos."
***Jonas Cavalcante Marinho, de João Pessoa (PB)***

**GERALDO ALCKMIN**

"Com todo respeito à pessoa do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, tenho a plena convicção de que ele não tem condições de administrar o Brasil. Não é apenas uma opinião pessoal, são os números e a trajetória dele no governo do estado de São Paulo que nos mostram seu total despreparo para esse desafio. Tenho medo, sim, não por mim, que já sei o que fazer para tentar evitar isso, mas pela maioria dos cidadãos brasileiros. Por não conhecerem a verdade, eles serão novamente enganados pelos marqueteiros da propaganda política."
***João José Santos Neves, de Adustina (BA)***

**MLST**

"Estou estarrecido com a explosão de violência e barbárie dos integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) ao invadir o Congresso Nacional. Com esse ataque à democracia brasileira, o MLST deixa clara a cara do PT: do caos, da ganância, do mensalão, da impunidade e – a mais perigosa – da ditadura e do autoritarismo. Mas há uma saída: a punição exemplar e a faxina eleitoral, com votação pautada na ética e na racionalidade."
***Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)***

**VOTO OBRIGATÓRIO**

"Os parlamentares são eleitos para fazer a vontade do povo. Por qual razão eles insistem radicalmente em querer o voto obrigatório, sendo que a maioria da sociedade civil deseja que o voto seja facultativo, para consolidação plena da democracia?"
***Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)***

**DESVIO DE RECURSOS**

"Mais uma vez nós, brasileiros, estamos envergonhados com o recente escândalo que recheia as páginas das principais revistas em circulação no país. Qual, diante de tantos escândalos? Estou falando da quadrilha dos "sanguessugas". Um bando de crápulas (empresários e parlamentares) fraudou licitações na compra de ambulâncias com verbas federais, é claro! Afinal, será que eles vão ser punidos? Parece que no Brasil julgamento e punição têm semelhança com rodízio de *pizza*. Mas resta a nós a esperança de aguardar uma resposta dos congressistas."
***Vilmar Bezerra Silva, de Sumé (PB)***

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF),* e-mail (jornal@senado.gov.br) *ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

**APOSENTADORIA ESPECIAL**

***Humberto Batista Gomes, de João Pessoa (PB)***

**"Senador Pedro Simon, como é feito o cálculo das aposentadorias especiais? Qual é o tempo de serviço e a idade necessária para a concessão desse tipo de benefício?"**

**O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:**

Sr. Humberto, a aposentadoria especial será devida ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Além do tempo de trabalho, ele deverá comprovar efetiva exposição aos agentes físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos). A comprovação será feita em formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), preenchido pela empresa com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Cooperativas de produção deverão elaborar o PPP dos associados que trabalham em condições especiais de acordo com a Instrução Normativa/INSS/DC 87/03. Cooperativas de trabalho terão que elaborar o PPP com base em informações da empresa contratante. O PPP, instituído pela Instrução Normativa/INSS/DC 90/03, incluirá informações dos formulários SB-40, DISES BE 5235, DSS 8030 e DIRBEN 8030. Desde 1º de novembro de 2003, é dispensada a apresentação do LTCAT, mas o documento deve permanecer na empresa à disposição da Previdência Social. A empresa é obrigada a fornecer cópia autêntica do PPP ao trabalhador em caso de demissão. Para ter direito ao benefício, o trabalhador inscrito a partir de 25 de julho de 1991 deverá comprovar no mínimo 180 contribuições mensais. Os inscritos até essa data devem seguir a tabela progressiva. A perda da qualidade de segurado não será considerada para concessão de aposentadoria especial, segundo dispõe a Lei 10.666/03. O segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades em condições prejudiciais, sem completar o prazo mínimo para aposentadoria especial, poderá somar os referidos períodos seguindo tabela de conversão. A Lei 11.301/06 amplia a aposentadoria especial para trabalhadores em educação.

**JORNADA DE TRABALHO**

***Antonio de Jesus Lima, de Nova Soure (BA)***

**"Senador Paulo Paim, escrevo em nome de 200 funcionários de uma empresa que comentam projeto de vossa autoria que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Milhões de trabalhadores trabalham no sábado até as 11h para pagar quatro horas, e a maioria das empresas aproveita para estender o horário até as 17h. Não pagam horas extras e dizem que foi para o banco de horas. O projeto será aprovado?"**

**O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:**

Caro Antônio, em relação ao projeto que reduz a jornada de trabalho, estamos fazendo um trabalho conjunto com as centrais sindicais e as confederações para aprová-lo. Mas o mais importante é a mobilização dos trabalhadores. Acreditamos que, nesta tempestade de altos índices de desemprego, a redução de jornada é uma das melhores alternativas para minimizar e mesmo solucionar a crise.

## Frases

"Enquanto não restaurarmos o velho e esquecido princípio jurídico de que, na vida privada, tudo o que não é proibido é permitido, e de que, na vida pública, é proibido tudo o que não é explicitamente permitido, não vamos conseguir consolidar a confiança nas instituições, que, diferentemente da transitoriedade dos governos, são permanentes"

**Marco Maciel,** ao defender a reforma das instituições sociais.

"O presidente está preparadíssimo para um segundo mandato"

**Sibá Machado,** depois de ler da tribuna trechos da fala do presidente Lula na convenção em que foi lançado candidato à reeleição pelo PT.

"O Rio tem sido prejudicado por um casal de maus atores teatrais, que tentam iludir o povo com iniciativas de cunho popular"

**Roberto Saturnino,** em referência à governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e seu marido, Anthony Garotinho.

"Não acho que o presidente tenha dito isso, pois ele não está ficando louco. Ele sabe do esforço que tenho feito para desobstruir a pauta para votar o Fundeb e outras matérias importantes"

**Renan Calheiros,** colocando em dúvida a afirmação do presidente Lula de que o Senado não vota a PEC que cria o Fundeb "porque não quer".

"Nesses países, a vida não é paralisada por causa de uma partida de futebol"

**Jefferson Péres** (citando frase de uma executiva estrangeira, pronunciada em Manaus), ao enumerar os problemas que entravam o crescimento do Brasil comparativamente a outros países.

"Ele não está governando para os pobres; está dando um pequeno aumento de renda para os pobres. Não quero chamar isso de esmola, mas é uma minúscula transferência de renda"

**Cristovam Buarque,** criticando declarações do presidente Lula de que seria mais fácil governar para os pobres.

## Foto da Semana

GERALDO MAGELA

**O senador Amir Lando (PMDB-RO), relator, e o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), presidente, dedicaram a primeira semana de atividade na recém-criada CPI dos Sanguessugas à aprovação de requerimentos para quebras de sigilos bancário, telefônico e fiscal. Outra prioridade no trabalho de investigação é a análise dos documentos da investigação feita pela Polícia Federal, que desvendou a ação da quadrilha sobre o Orçamento da União**

DOMINGOS KIRIAKOS STAZRIDIS/LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS/LSI

**Laboratório na USP: desenvolvimento de padrão de TV digital envolveu universidades de todo país**

# *Conexão Senado* debate a TV digital

A opção do governo brasileiro pelo sistema japonês de TV digital, anunciada na semana passada, será o tema, nesta segunda-feira, do *Conexão Senado*, que vai ao ar pela Rádio Senado às 12h. Os governos brasileiro e japonês assinaram termo de compromisso que fixa prazo de sete anos para que todo o país tenha cobertura de TV digital e de dez anos para desligar o sistema analógico.

Decreto assinado pelo presidente Lula prevê o funcionamento de quatro canais públicos, com programas educativos e culturais. A digitalização também aumentará o número de canais privados de televisão. A implementação da TV digital será regulamentada pelo Ministério das Comunicações no prazo de 60 dias.

### Vida e obra de Maurício Einhorn no *Escala Brasileira*

Já o programa *Escala Brasileira* apresenta às 20h deste sábado, com reprise às 23h da próxima quinta-feira (dia 13), o primeiro de dois episódios especiais sobre a vida e a obra do Maurício Einhorn, gaitista e compositor carioca. Em entrevista exclusiva, o músico conta sua trajetória desde a infância, quando começou a tocar.

No final da década de 50, conheceu instrumentistas ligados à bossa-nova, em especial o violonista Durval Ferreira, com quem compôs *Batida diferente* e *Tristeza de nós dois*. Compôs também com Arnaldo Costa, Baden Powell, Taiguara, Mário Telles, Sebastião Tapajós e Gilson Peranzzetta.

Em 1972 foi para os Estados Unidos, onde trabalhou com o guitarrista Jim Hall, o baixista Ron Carter e o gaitista Toots Thielemans, além dos brasileiros Eumir Deodato e João Donato.

Mais informações sobre a Rádio e a TV Senado estão em *www.senado.gov.br/radio* e *www.senado.gov.br/tv*.

## Rádio Senado

**TODOS OS DIAS**

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

**DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA**

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

**DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA**

14h - Plenário (ao vivo)

**DE TERÇA A SEXTA-FEIRA**

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

**SÁBADO E DOMINGO**

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 anos do Senado
22h - Música e Informação

**SEGUNDA-FEIRA**

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

**TERÇA-FEIRA**

23h - Jazz & Tal (reprise)

**QUARTA-FEIRA**

23h - Música do Brasil (reprise)

**QUINTA-FEIRA**

23h - Escala Brasileira (reprise)

**SEXTA-FEIRA**

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

**SÁBADO**

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

**DOMINGO**

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

**FM**

Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

**ONDAS CURTAS**

Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

**INTERNET**

No endereço *www.senado.gov.br/radio*, por meio do Real Player ou Windows Media Player

**ANTENA PARABÓLICA**

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder – 11 A2

## TV Senado

**SEGUNDA-FEIRA**

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

**TERÇA-FEIRA**

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

**QUARTA-FEIRA**

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

**QUINTA-FEIRA**

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

**SEXTA-FEIRA**

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

**SÁBADO**

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/ Entrevista

**DOMINGO**

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### Como sintonizar

**TV A CABO**

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

**TV POR ASSINATURA**

Sky, Directv e Tecsat

**ANTENA PARABÓLICA**

**Sistema analógico:**

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Freqüência - 4.130 MHz

**Sistema digital:**

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Freqüência - 3.644,4 MHz

Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

**UHF**

Canal 51, no Distrito Federal

**A programação da Rádio e da TV Senado está sujeita a alterações em função do trabalho dos senadores no Plenário e nas comissões**

RESENHA

REPRODUÇÃO

**Produzido pela colônia portuguesa no Brasil para o centenário da Independência, livro integra coleção de obras raras do Senado**

## História da colonização contada com ciência e arte

A colônia portuguesa no Brasil, em comemoração ao primeiro centenário da Independência, ofereceu a obra *História da Colonização Portuguesa do Brasil* em gratidão ao povo brasileiro. Idéia da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Pará, foi apresentada no Rio de Janeiro à Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria.

Os estudos e a execução foram dirigidos pelo romancista e historiador português Carlos Malheiros Dias. Os trabalhos artísticos, de lápis e pincel, foram executados pelo aquarelista português Roque Gameiro; e a cartografia por Ernesto de Vasconcelos, homem das ciências, vice-almirante, professor e geógrafo português.

O livro integra a coleção de obras raras da Biblioteca do Senado e pode ser consultado, sob regras especiais de manuseio.

*HISTÓRIA da colonização portuguesa do Brasil*; direcção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias; direcção cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos; direcção artística de Roque Gameiro. Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924. 3 v., il. color, mapas, retrs.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no *site www.senado.gov.br/sf/biblioteca*, pelo *e-mail sbib@senado.gov.br* ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

# Unilegis debate novas regras eleitorais

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promove a palestra "Pesquisas de opinião, uma análise quantitativa", a segunda do ciclo de conferências "Direito eleitoral: as novas regras para as eleições 2006".

O professor da Universidade Federal Fluminense Alberto Carlos Almeida fala nesta segunda-feira, às 14h30, no auditório do Interlegis, sobre obras suas que abordam o assunto, como o título *Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião*.

Para o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que abriu na semana passada o evento, a estrutura da representação popular no Brasil sofre desgastes de credibilidade. Para superar essa situação, acrescentou, é necessário que as eleições sejam feitas com normas claras e estáveis.

MÁRCIA KALUME

**Ao abrir os debates, Paulo Octávio (*3º à esquerda, entre Agaciel Maia e Vânia Maione*) defende regras claras e estáveis nas eleições**

O evento contou com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e da vice-reitora da Unilegis, Vânia Maione. O primeiro palestrante foi o presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Fernando Neves da Silva. Ele afirmou que as novidades da legislação eleitoral criarão trabalho para advogados e dificuldades para marqueteiros, candidatos e até eleitores.

Essas modificações foram introduzidas pela minirreforma eleitoral (Lei 11.300/06).

## Exposição no Senado promove respeito à diversidade e combate ao preconceito

A exposição *Semana do orgulho gay: respeito à diversidade* está aberta à visitação pública na Senado Galeria, até sexta-feira, exibindo um conjunto de peças que enfatizam o combate à discriminação sexual. A iniciativa da mostra é da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A mostra contém cartazes e pequenos objetos que abordam a temática gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT). A série de peças apresenta, de forma criativa, um protesto contra a discriminação sofrida por essa parcela da população. Estão também expostos folhetos com medidas preventivas para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Serys observa que "é preciso dar visibilidade a quem não tem e combater o preconceito". A finalidade da exposição, segundo informou seu coordenador, José Penna Fort, é trazer para o Senado uma amostra das paradas gays, que ocorrem em todo o país, e apresentar as reivindicações do segmento.

Aconteceu no Senado

JOSÉ CRUZ

**Suplicy, na tribuna com a camisa da seleção ainda tetracampeã, apóia escalação de Scolari**

## Antes da Copa de 2002, o apoio dos senadores à então desacreditada seleção

Depois de ter ficado com o vice-campeonato mundial em 1998, ao perder por 3 a 0 para a França, a Seleção Brasileira de Futebol, desacreditada por boa parte da população brasileira, seguiu rumo ao Japão e Coréia do Sul em 2002.

O então técnico da Seleção, Luiz Felipe Scolari, garantia que o grupo chegaria pelo menos às quartas-de-final. Mas foi muito além. Numa final com a Alemanha, o Brasil conquistou o pentacampeonato na cidade japonesa de Yokohama, por 2 a 0.

Antes da tão comemorada vitória, a polêmica começou já na escalação dos jogadores, com a exclusão de Romário, o grande nome da Copa de 1994. Os senadores investiram no encorajamento do grupo e apoiaram Scolari por sua decisão.

– Independente das opções individuais, o treinador demonstrou coerência e firmeza de caráter em sua escolha, elegendo aqueles que ele e a comissão técnica entendem como sendo os jogadores mais bem preparados neste momento – afirmou na época o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacava que alguns parlamentares não consideravam o assunto futebol próprio para o Senado, mas sendo essa a grande paixão nacional, havia que se comentar.

– A expectativa de ganharmos o mundial certamente significará para a estima do povo brasileiro um fato extraordinariamente importante. Respeitemos a escolha de Luiz Felipe Scolari, almejando que os jogadores da Seleção Brasileira e seu técnico possibilitem que o Brasil se torne pentacampeão – afirmou Suplicy às vésperas do mundial de 2002.

Após a final, o então presidente do Senado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), homenageou a seleção em nome da Casa, convocando a população brasileira para a vitória também no dia-a-dia.

– A vitória da Seleção Brasileira é uma demonstração da nossa capacidade. O Brasil tem condições de superar a pobreza, a miséria, as desigualdades, a violência. E agora que estamos recompensados por essa vitória, que ela sirva de estímulo para a superação dos nossos problemas e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente – completou Tebet.

**MESA DO SENADO FEDERAL**
**Presidente:** Renan Calheiros
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros
**1º Secretário:** Efraim Morais
**2º Secretário:** João Alberto Souza
**3º Secretário:** Paulo Octávio
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**JORNAL DO SENADO**

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333
**Editor-chefe:** Valter Gonçalves Júnior
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
**Reportagem:** Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
**Diagramação:** Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332
**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
**Chefia de reportagem:** Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670
**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
**www.senado.gov.br**
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF – CEP 70165-920
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

# Patentes protegem o esforço e a criatividade

Um dos indicadores de desenvolvimento de um país é o número de patentes registradas. Segundo o IBGE, em 2002, das 72 mil empresas brasileiras, 23 mil afirmaram ter desenvolvido inovações, mas apenas 0,25% registraram as patentes. Segundo o Patent Cooperation Treaty, em 2004 os Estados Unidos foram os campeões mundiais de pedidos de patentes, com 35,7%, seguidos do Japão (15,2%) e da Alemanha (12,7%). O Brasil aparece com apenas 0,2%, atrás da Índia e de Cingapura.

A criação de novos produtos exige, na maioria das vezes, grandes investimentos. Requerer uma patente significa proteger esse investimento, garantindo que ninguém terá o direito de explorar o esforço e a criatividade do autor da idéia. Por essa razão, a Constituição prevê proteção à criação intelectual por meio dos direitos autorais, para as obras literárias e artísticas e os programas de computador, e da propriedade industrial, para invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais e marcas.

A importância do registro aparece todos os dias nos jornais, com os debates sobre patentes de medicamentos (a questão dos genéricos e dos similares), e sobre a pirataria, por exemplo.

Enquanto os países travam guerras comerciais em torno de patentes, no Brasil os números permitem imaginar que muitas e boas idéias de brasileiros podem estar se perdendo ou sendo copiadas, sem que o autor seja recompensado e sem gerar riqueza para o país.

Veja neste *Especial Cidadania* como registrar a propriedade industrial.

FOTOS: DIVULGAÇÃO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INVENTORES (ANI)

**Sistema que permite o reaproveitamento da água usada pela máquina de lavar roupas é exemplo de inovação brasileira**

## Quanto custa

### Patente de invenção ou modelo de utilidade

| | | |
|---|---|---|
| Depósito do pedido de registro | R$ 55* | R$ 140 |
| Pedido de exame de invenção | A partir de R$ 160* (varia de acordo com a complexidade da invenção) | A partir de R$ 400 |
| Pedido de exame de utilidade | R$ 110,20* | R$ 280 |
| Emissão de carta-patente | R$ 40* | R$ 95 |
| Anuidade (devida tanto para patentes registradas quanto para pedidos em andamento) | R$ 25 a R$ 1.950 (varia de acordo com a complexidade da invenção) | |

### Registro de marca

| | |
|---|---|
| Depósito do pedido de registro | R$ 260 a R$ 520, dependendo do tipo de marca |
| Emissão do certificado de registro | R$ 95 |
| Licença para os primeiros dez anos de uso | R$ 430 e R$ 940, de acordo com o tipo de marca |

### Registro de desenho industrial

| | | |
|---|---|---|
| Depósito do pedido de registro para fotografias em preto-e-branco | R$ 130* | R$ 325 |
| Depósito de pedido de registro para fotografias em cores | R$ 155* | R$ 390 |
| Licença qüinqüenal | R$ 105* | R$ 260 |

### Registro de programas de computador

| | | |
|---|---|---|
| Pedido de registro com até cinco invólucros | R$ 195* | R$ 390 |
| Pedido de registro com seis a 15 invólucros | R$ 390* | R$ 780 |
| Pedido de registro com 16 a 50 invólucros | R$ 975* | R$ 1.950 |

*Para pessoas físicas, instituições de ensino e pesquisa, e microempresas.

**Viseira de capacete que funciona como o desembaçador traseiro de carro dá mais segurança para motoqueiro em dias de chuva**

## Fabricar ou vender produto patenteado ou registrado é crime

Quem fabrica produto ou usa meio ou processo de fabricação patenteado, ou ainda reproduz ou imita marca registrada ou altera marca em produto já colocado no mercado sem autorização do titular dos direitos sobre essa marca ou patente está sujeito a pena de detenção de três meses a um ano ou multa, também aplicada a quem usa ou imita desenho industrial registrado sem autorização do titular.

Já a pena para aquele que exporta, importa, vende, estoca, oculta ou recebe produto fabricado com violação de propriedade industrial é de um a três meses de detenção ou multa.

Além das penas pelos crimes, o titular dos direitos violados pode exigir na Justiça reparação financeira pelos danos sofridos.

## Invenções e marcas: só é dono quem registra

**Invenção –** A patente é o título de propriedade temporária que protege uma invenção ou modelo de utilidade concedido pelo Estado pelo prazo de 20 anos (invenções) ou de 15 anos (modelos de utilidade). Para ser patenteada, a invenção precisa ser uma novidade com aplicação industrial. Já o modelo de utilidade consiste numa nova maneira de usar ou fabricar um objeto já existente.

**Marca** – É todo sinal visual que identifica determinado produto ou serviço, distinguindo-o de outros semelhantes. Podem ser registradas marcas de produtos ou de serviços; marcas coletivas, que identificam o fabricante como membro de uma entidade, como uma cooperativa de produtores, por exemplo; ou ainda marcas de certificação, que visam atestar que um produto ou serviço atende a determinadas normas ou especificações técnicas. O prazo de validade do registro da marca é de dez anos, contados da data de concessão, e prorrogável, desde que solicitado pelo titular.

**Desenho industrial** – É a forma de um objeto ou um conjunto de linhas e cores ainda não conhecidos do público e que possam ser aplicados a um produto, gerando um resultado visual novo e original. O Registro de Desenho Industrial é válido pelo prazo de dez anos, prorrogável por mais três períodos de cinco anos.

**Programas de computador** – O registro é válido por 50 anos, contados do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da "data de criação" (data em que o programa começou a funcionar).

Durante a vigência da patente ou dos registros de marca, desenho industrial ou programa de computador, o titular tem o direito de controlar o uso, a fabricação, a comercialização, a importação e a venda daquilo que foi registrado ou patenteado.

### Onde registrar uma propriedade industrial

Para obter o certificado de registro ou a carta-patente de uma propriedade industrial, o interessado deverá apresentar o pedido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), que analisa a solicitação com base na Lei da Propriedade Industrial (9.279/96), no decreto 2.556 e nas leis 9.609 e 9.610, os três de 1998.

O Inpi recebe as solicitações diretamente na recepção de sua sede, nas delegacias e representações regionais nos estados, ou ainda por correspondência (ver endereços ao lado).

## Etapas do processo de registro

- **Busca prévia** – Não é obrigatória, mas é aconselhável realizá-la para verificar se já existe item semelhante registrado ou em processo de registro.
- **Depósito** – Entrega do pedido e pagamento da respectiva taxa.
- **Exame** – O Inpi verifica se o pedido está de acordo com as regras estabelecidas e, se estiver, publica a solicitação na *Revista da Propriedade Industrial.* Em seguida o instituto analisa e decide por deferir ou não o pedido.
- **Pagamento** – Deferido o pedido, o titular deve pagar as taxas de expedição do certificado de registro ou da carta-patente e de uso do item registrado pelo primeiro período de vigência.

A obtenção do registro de marca tem levado cerca de cinco anos e a de patentes, entre sete e oito anos (pela lei, não é possível registrar patente em menos de quatro anos). O Inpi afirma, no entanto, que, em 2007, com a informatização do registro, esses prazos cairão para um e cinco anos, respectivamente.

## Endereços e projetos de lei

### Endereços

**Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior**
Esplanada dos Ministérios
Bloco J – Brasília (DF)
CEP 70053-900 – (61) 2109-7000
*www.desenvolvimento.gov.br*

**Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)**
Praça Mauá, 7 – Centro
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20081-240 – (21) 2139-3000
*www.inpi.gov.br*
*Diretoria de Marcas*
(21) 2139-3158
*Diretoria de Patentes*
(21) 2139-3314 ou 2139-3797
*Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros*
(021) 2139-3327 ou 2139-3353

### Projetos de lei

**PLS 48/02** – Institui o registro de expressão ou sinal de propaganda no Inpi.

**PL 6.199/05** – Reduz o prazo de vigência da patente de invenção para dez anos e da de modelo de utilidade para sete anos.

**PL 5.489/05** – Autoriza a suspensão temporária dos direitos de patente em caso de descumprimento de compromissos assumidos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

**PL 4.961/05** – Estabelece que as substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais e os materiais biológicos podem ser patenteados.

**PL 3.965/04** – Aumenta as penas previstas para o crime de violação de direitos autorais em caso de propriedade industrial.

**PL 3.609/04** – Dispõe sobre a competência da Justiça Federal para julgar ações de adjudicação de patentes e marcas.

**PL 3.454/04** – Obriga o fornecedor a lançar nova marca no mercado quando houver alteração de quantidade, medida ou peso no produto original.

**PL 3.378/04** – Dispõe sobre a ação penal privada nos crimes contra a propriedade industrial.

**PL 2.729/03** – Aumenta a pena para a violação do direito de marca e patente, entre outros.